



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ

CAMPUS DE SOBRAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS
(PPGPPP)
MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

**DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM PROFESSORES DE UMA
ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

SOBRAL

2023

FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

**DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM PROFESSORES DE UMA
ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha.

SOBRAL

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S58d Silva, Francisco Henrique Cardoso da.
Diálogos sobre gênero e sexualidade com professores de uma escola da rede estadual de ensino /
Francisco Henrique Cardoso da Silva. – 2023.
108 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação
Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha..
1. Gênero e Sexualidade. 2. Formação de Professores. 3. Educação. I. Título.

CDD 302.5

FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

**DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM PROFESSORES DE UMA
ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha.

Aprovado em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Erica Atem Goncalves de Araujo Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Lorena Brito da Silva
Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)

RESUMO

As discussões sobre os gêneros e as sexualidades são as mais expoentes na atualidade, tendo em vista, as reivindicações das mais variadas expressões que podemos perceber na sociedade, visto que, muitos grupos socialmente invisibilizados, resistem às opressões que historicamente seus corpos foram submetidos. Gênero e sexualidade são abordados a partir de referenciais da teoria queer e de estudos foucaultianos. O gênero é uma construção social relativamente recente, a partir disso se compreende a necessidade de questionar os papéis sociais e as expectativas de comportamentos entre o feminino e masculino. A sexualidade não é um dado da natureza, mas o nome de um dispositivo histórico, demarcado no período da metade do século XVIII. Este dispositivo diz de uma rede trançada por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e construção de conhecimentos. A pesquisa tem como objetivo geral construir um percurso formativo sobre gênero e sexualidade com professores da escola da rede estadual de ensino. Como objetivos específicos: fomentar espaços e discussões no ambiente escolar sobre as questões de gênero e sexualidade; identificar os discursos atribuídos aos gêneros e sexualidades na cultura escolar e compreender as expressões de gênero e sexualidade no contexto escolar de LGBTQIAP+. Metodologicamente, dessa maneira, a pesquisa será voltada para os estudos qualitativos com a orientação da perspectiva da Sócioanálise, ela se volta para um viés mais sociológico e político do trabalho institucional, percebendo a instituição como um sistema integrado de definições em relação à realidade social e sobre os comportamentos, atribuindo-lhes valores. A Sócioanálise tem a finalidade de realizar intervenções voltadas para a construção de ferramentas que possam auxiliar o grupo no seu processo de autogestão, ou seja, vislumbra a autonomia grupal. O contexto em que foi realizada a pesquisa é uma escola pública estadual de tempo integral, situada no município de Crateús no Ceará. Situada na periferia da cidade, que conta com 350 discentes e 34 professores. A escola funciona nos três turnos com turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio, sendo que somente o 1º ano funciona integralmente. Os encontros foram articulados a partir de rodas de conversas, sendo que a proposta é fomentar um espaço de trocas de saberes que giram em torno das temáticas de gênero e sexualidade. A cada encontro foi trabalhado um dispositivo gerador das discussões construído em conjunto com os professores. Nesta perspectiva, foi utilizado como instrumento de coleta de dados o diário de campo. A partir da implantação da pesquisa, os professores sentiram-se mais instrumentalizados teoricamente para manejar, trabalhar e sentir-se seguros com as expressões de gêneros e sexualidades. Acredita-se que houveram transformações no acolhimento de forma mais satisfatória de discentes LGBTQIAP+, professores mais conscientes das demandas da população LGBTQIAP+ , reconhecimento de demandas, necessidades, recursos e potencialidades. Coerência das discussões de gênero e sexualidade na escola, a fortificação dos saberes plurais, culturais, afetivos e sexuais. Os produtos dessa pesquisa foram um relatório técnico e uma cartilha com a metodologia do processo de formação.

Palavras-chave: Gênero e Sexualidade; Formação de Professores; Educação.

ABSTRACT

Discussions about gender and sexualities are the most exponent today, considering the claims of the most varied expressions that we can perceive in society, since many socially invisible groups resist the oppressions that their bodies have historically been subjected to. Gender and sexuality are approached based on queer theory and Foucauldian studies. Gender is a relatively recent social construction, from which it is understood the need to question the social roles and expectations of behavior between the feminine and masculine. Sexuality is not a given of nature, but the name of a historical device, demarcated in the period of the mid-18th century. This device speaks of a network braided by a set of practices, discourses and techniques for stimulating bodies, intensifying pleasures and building knowledge. The general objective of the research is to build a training course on gender and sexuality with teachers from state schools. As specific objectives: to promote spaces and discussions in the school environment on gender and sexuality issues; identify the discourses attributed to genders and sexualities in the school culture and understand the expressions of gender and sexuality in the LGBTQIAP+ school context. Methodologically, in this way, the research will be focused on qualitative studies with the orientation of the Socioanalysis perspective, it turns to a more sociological and political bias of the institutional work, perceiving the institution as an integrated system of definitions in relation to the social reality and about behaviors, assigning them values. Socioanalysis aims to carry out interventions aimed at building tools that can help the group in its self-management process, that is, it envisions group autonomy. The context in which the research was carried out is a full-time state public school, located in the municipality of Crateús in Ceará. Located on the outskirts of the city, which has 350 students and 34 professors. The school operates in three shifts with classes from the 1st to the 3rd year of high school, with only the 1st year working fully. The meetings were articulated based on conversation circles, with the proposal being to foster a space for exchanging knowledge that revolves around gender and sexuality themes. At each meeting, a device that generated discussions was built together with the teachers. In this perspective, the field diary was used as a data collection instrument. From the implementation of the research, the teachers felt more theoretically equipped to manage, work and feel safe with the expressions of genders and sexualities. It is believed that there have been changes in the reception of LGBTQIAP+ students in a more satisfactory way, teachers who are more aware of the demands of the LGBTQIAP+ population, recognition of demands, needs, resources and potential. Coherence of gender and sexuality discussions at school, the strengthening of plural, cultural, affective and sexual knowledge. The products of this research were a technical report and a booklet with the methodology of the training process.

Keywords: Gender and Sexuality; Teacher training; Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Governador Gonzaga Mota.....	34
Figura 2 - Área interna da Escola.....	35
Figura 3 - Cenário - Gênero e Sexualidade: questões introdutórias.....	41
Figura 4 - Cenário - Sim, nos caminhos tem muitas pedras: Brasil, o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.....	42
Figura 5 - Direitos e conquistas: nossos caminhos com liberdade e amor.....	43
Figura 6 - Primeira Roda de Conversa com professores de Linguagens e Códigos.....	52
Figura 7-Primeira Roda de Conversa com professores de Ciências da Natureza e Matemática.....	52
Figura 8 - Primeira Roda de Conversa com professores de Ciências Humanas.....	53
Figura 9 - Segunda Roda de Conversa com professores de Linguagens e Códigos.....	54
Figura 10-Segunda Roda de Conversa com professores de Ciências da Natureza e Matemática.....	54
Figura 11-Segunda Roda de Conversa com professores de Ciências Humanas.....	55
Figura 12 -Terceira Roda de Conversa com professores de Linguagens e Códigos.....	56
Figura 13-Terceira Roda de Conversa com professores de Ciências da Natureza e Matemática.....	57
Figura 14-Terceira Roda de Conversa com professores de Ciências Humanas.....	57

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição por área do conhecimento.....	46
Gráfico 2 – Distribuição por idade de cada participante.....	47
Gráfico 3 – Distribuição por gênero.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Organização das rodas de conversa.....	39
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEF	Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental
DCNEM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Brasileira
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPE	Políticas Públicas Educacionais
PPP	Projeto Político-Pedagógico
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Políticas Públicas de Educação Relativas à Gênero e Sexualidade.....	13
1.2 A Formação de Professores quanto ao Gênero e a Sexualidade.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 Gênero e Sexualidade: Aspectos Conceituais.....	18
2.1.1 Gênero e a Teoria Queer.....	18
2.1.2 A Sexualidade a partir de Foucault.....	23
2.3 A Escola e o Papel do Professor junto aos Jovens.....	26
2.4 Análise Institucional, Escola e Discurso.....	29
3 OBJETIVO DA PESQUISA.....	32
3.1 Objetivo Geral.....	32
3.2 Objetivos Específicos.....	32
4 METODOLOGIA.....	33
4.1 Caracterização do campo da pesquisa.....	33
4.2 Participantes.....	35
4.3 Procedimentos.....	36
4.4 Análise e interpretação dos dados.....	44
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	46
5.1 Conversando sobre os participantes, o que seus pertencimentos nos revelam?	46
5.2 Análise de Implicação do Pesquisador.....	47
5.3 O que resulta de uma Análise Institucional.....	49
5.4 Percurso Formativo em Gênero e Sexualidade.....	51
5.4.1 Discursos atribuídos aos Gêneros e Sexualidades na Escola.....	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
BIBLIOGRAFIA.....	70

APÊNDICE E ANEXOS.....	75
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	75
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Imagens).....	78
APÊNDICE C - DINÂMICA CONHECENDO A SIGLA.....	79
APÊNDICE D - PLAQUINHAS PARA A ENCENAÇÃO DE UMA CENA TRANSFÓBICA E RACISTA.....	80
APÊNDICE E - DISCURSOS TRANSFÓBICOS, HOMOFÓBICOS E RACISTAS....	81
APÊNDICE F - MÚSICA “A CRUZ” DO COMPOSITOR INDEPENDENTE RENATO ENOCH.....	83
APÊNDICE G - A CARTILHA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UM PERCURSO FORMATIVO EM GÊNERO E SEXUALIDADE.....	84
ANEXO I - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA – ESCOLA.....	103
ANEXO II - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS.....	104

1 INTRODUÇÃO

Dados levantados pela pesquisa “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: Por que frequentam?” (2013), mostra que 19,3% dos alunos de escola pública não gostariam de ter um colega de aula travesti, homossexual, transexual ou transgênero. Nessa direção, em 2016, a Pesquisa Nacional Sobre Estudantes LGBT e o Ambiente Escolar, realizada em contexto brasileiro pela ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), órgão que reúne 308 organizações pelo país, escancarou que 73% dos jovens entre 13 e 21 anos identificados como LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) foram violentados verbalmente na escola no ano de 2015 por causa da sua orientação sexual. Estes dados revelam a necessidade de uma atenção no acesso à Educação dessas pessoas no Brasil (Gonzaga; Gallas, 2019).

O cenário é hostil para as pessoas que não seguem a heterossexualidade normativa, que organiza a sociedade e as relações, no sentido de oprimir toda e qualquer expressão de gênero e sexualidade lida como “diferente”, “estranha” por ser dissidente da convencional. Estas pessoas enfrentam no contexto escolar as dificuldades dos seus corpos serem aceitos e legitimados como corpos possíveis, potencializando assim, o fenômeno da LGBTIAP+fobia, consubstanciado em: insultos, humilhações, violência verbal e até mesmo física. Dessa forma, é evidente que tais atos preconceituosos desembocam para que ocorra a evasão escolar de pessoas LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais), uma vez que elas não se sentem acolhidas e respeitadas, por mais que se tenha a ideia de educação como direito de todos/as. Fica a necessária provocação: Educação para quem?

Martins (2018) evidencia a problemática que muitas pesquisas têm destacado a insegurança dos professores ao tratarem das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar. “As pesquisas encontradas em nossa revisão de literatura [...] indicam insegurança por parte de docentes em abordar a temática em sala de aula [...]” (Martins, 2018, p.63). Dessa forma, coloca os professores em contato com questionamentos dos seus pertencimentos de gênero e sexualidade que são evidenciados dada a presença de diversas expressões na escola. Diante disso, o que é possível mobilizar a partir de uma formação com professores sobre gênero e sexualidade?

Ferrari, Oliveira e Castro (2020) chamam a atenção para a necessidade de formação de professores para se trabalhar com expressões da diversidade dentro da escola, como também questionam a urgência de produzir espaços escolares de subversões, que possibilitem vidas na escola e no currículo. A escola é entendida como o lugar da afirmação da diferença, de

encontro com a diversidade de corpos, de gêneros e sexualidades. É um lugar de resistência e possibilidades. Por isso, a formação de professores serve para repensar os modos e ações dos espaços formativos, distanciando dessa maneira, de práticas que hierarquizam, classificam, corrigem, disciplinam e enquadram determinados gêneros e sexualidades.

Em um contexto de opressão, vulnerabilidade e dificuldade, pensar a discussão de gênero e sexualidade no espaço escolar é fundamental. A escola é um lugar de construção de sentidos para os que dela fazem parte. Ao passo que expressões da subjetividade humana se afluam nesse espaço, podemos perceber a necessidade de acolhimento e respeito de todas as pessoas. Por fazer parte da comunidade LGBTQIAP+, como um homem negro, gay e de classe baixa, interessa-me mobilizar discursos, que possibilitam construção de sentidos sobre esta temática. O trabalho com professores a respeito do gênero e sexualidade, é a base para a abertura desse diálogo em toda a rede escolar. Assim, é possível pensar na possibilidade da construção de uma escola em que as pessoas LGBTQIAP+ possam estar, permanecer e transitar, sem que seus corpos sejam violentados pela a estrutura social.

1.1 Políticas Públicas de Educação Relativas à Gênero e Sexualidade

As políticas públicas mostram a sua relevância na constituição de uma escola que proporcione uma formação para a cidadania. A política pública, a partir de sua criação, se refere ao desenvolvimento do trabalho do Estado junto à participação coletiva da população, nas decisões que promovam o bem comum.

As Políticas Públicas Educacionais (PPE) têm uma ligação direta com a escola, visto que ela sofre reflexos advindos dessas políticas, quer direta ou indiretamente (Ferreira; Nogueira, 2015). A educação, nesse aspecto, é uma área que demanda bastante atenção especial do Estado, pois a análise das políticas nesse campo é necessária para indicar lacunas e ineficiências, contribuindo assim, para novas estratégias mais assertivas. As Políticas Públicas Educacionais se voltam para o enfrentamento das problemáticas existentes no dia a dia da escola, dentre esses problemas, pode-se mencionar as práticas de preconceitos, discriminações motivadas pela intolerância em relação à diversidade de gênero e sexualidade.

Nesta perspectiva, a educação cumpre uma função fundamental quando se almeja a valorização da diversidade. Isto por vezes é um princípio básico para assegurar a inclusão, viabilizar igualdade de oportunidades e confrontar/desconstruir toda espécie de preconceitos, discriminações e violências, principalmente no que toca às questões de gênero e sexualidade (Rios et al., 2018).

Contribuições de pesquisas destacam que as situações naturalizadas de preconceito e discriminação, fundamentalmente contra estudantes do gênero feminino e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no cotidiano das escolas são comuns e reverbera em queda de rendimento e evasão escolar por parte desses estudantes (Rios et al., 2018). A escola é um dos espaços fundamentais do processo formativo para a cidadania e de sociabilidade de crianças, adolescentes e jovens. No entanto, ela, muitas vezes, se mostra pouco acuada em lidar com as diversidades, principalmente com as questões ligadas ao gênero e sexualidade. É notório que essa limitação implica em consequências desafiadoras para todos os estudantes, limitando seu aprendizado e bem-estar, assim, apresentando questões ligadas ao desinteresse pelo estudo, a queda do rendimento da aprendizagem, o abandono e até mesmo a evasão escolar.

Diante disso, segundo Junqueira (2007) a escola é um lugar em que sistematicamente, a juventude LGBTQIA+ enfrenta percalços discriminatórios por parte de colegas, professores, gestores e outros servidores escolares e não raro encontram empecilhos para se matricular na rede pública, participarem de atividades pedagógicas e terem suas identidades minimamente reconhecidas e respeitadas. Freitas (2022) problematiza que no cotidiano escolar acontece a indiferença às identidades sexuais, assim como se configura como uma atitude de resistência para que os valores normativos, orientados na heterossexualidade, sejam preservados. Vimos aqui que é um negacionismo que vai contra a própria essência da instituição escolar como um espaço democrático e inclusivo que, por outro lado, deveria produzir currículos mais acolhedores e menos excludentes. O fato é que muitos jovens sentem-se inseguros na escola, pois o espaço que deveria, teoricamente, respeitar é o mesmo que, muitas vezes, produz e oculta a violência de gênero.

Nesse sentido, discussões de gênero e sexualidade na escola são fundamentais e urgentes, pois existe um cenário de violência que grupos historicamente vulneráveis na sociedade têm sofrido, visto que o espaço escolar é um ambiente relevante para promover a cidadania e a responsabilidade social para estudantes, gestores, funcionários, professores e familiares.

É nesse contexto que as Políticas Públicas Educacionais para gênero e sexualidade na escola precisam ser tensionadas, problematizadas, desenvolvidas e trabalhadas na práxis pedagógica de gestores e professores, na seara dos direitos humanos, de modo explícito, destruindo as representações negativas construídas socialmente e impostas a determinados indivíduos e às suas identidades “excluídas”. E se comprometendo com uma sociedade

melhor, menos intolerante, desigual e mais acolhedora das diversas possibilidades de existência (Furlani, 2017).

Nesta linha de raciocínio, é importante frisar algumas bases legais que fundamentam e entendem as discussões de gênero e sexualidade em sala de aula, como medidas de extrema relevância para o desenvolvimento do exercício da cidadania e da dignidade humana.

Iniciando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948, em seu Art. 2º, prevê que “todas as pessoas são capazes de exercer os direitos e liberdades estabelecidos na DUDH sem distinção de qualquer condição” (ONU, 1948, p.5). Os direitos sexuais são direitos humanos fundamentais e universais. A sexualidade é parte integral da personalidade de todo ser humano. Seu desenvolvimento reverbera na satisfação das necessidades humanas básicas: desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho, afeto, carinho e amor.

Os direitos sexuais são humanos e universais, tendo como base a liberdade, dignidade e igualdade de todos (Vasconcelos et al., 2018). Desse modo, para que o indivíduo tenha uma sexualidade saudável assegurada, os direitos sexuais devem ser reconhecidos, promovidos, respeitados e defendidos de todas as maneiras possíveis.

Falando de bases nacionais, temos a Constituição Federal Brasileira de 1988 que declara em seu Art. 3º, inciso IV, que um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação”.

Colaborando com essa discussão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Brasileira (LDB) afirma que o processo educativo abarca a formação dos indivíduos que se desenvolvem nos movimentos sociais e nas manifestações culturais, além de se ligar a práticas sociais e ressalta que o ensino exige condições de igualdade para o acesso e permanência dos estudantes na escola, incluindo a liberdade de aprendizagem, ensino, pesquisa e divulgação cultural, colaborando para o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Souza; Fialho, 2020).

No Art. 26, parágrafo 9º, a LDB discorre que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de quaisquer formas de violência contra criança e o adolescente como temas transversais. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a pluralidade cultural e orientação sexual são temáticas transversais.

É sabido que a Resolução nº4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação (CEB), define as Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCNs) Gerais para a Educação Básica. Ela traz à tona em seu Art.43, que trata sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas e seus regimentos que uma das missões da unidade escolar é o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural da qual integra as ações educativas, a organização e a gestão curricular.

No mesmo ano, o CNE/CEB fixou, por meio da resolução nº7 de 14 de dezembro de 2010, as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (DCNEF). O documento, consta no Art. 16 que temas como sexualidade e gênero são conteúdos que devem ser correlacionados dentro dos componentes curriculares e áreas do conhecimento. Outros documentos relevantes respaldam legalmente as questões de gênero e sexualidade nas escolas como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).

Ambos apontam para a valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outras. Bem como, salientam a importância para uma formação educativa estruturada na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso e permanência ao ensino e equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual dentre outras.

Outro dispositivo legal que contribui para as discussões de gênero e sexualidade dentro dos ambientes escolares é a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, que tem como uma de suas diretrizes desenvolver a política pública visando coibir a violência doméstica contra a mulher, a partir de perspectivas de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e a sociedade de forma geral, além do mais, a dos direitos humanos de proteção das mulheres.

Um dos referenciais legais para as questões de gênero e sexualidade, não menos importante, é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 1996), a ser implementada ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, das dez competências gerais contidas no documento, ressalta-se a competência nº 9 que orienta o exercício da empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização das diversidades de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes e identidades, sem preconceitos de qualquer natureza (Souza; Fialho, 2020).

Nessa perspectiva, as Políticas Públicas Educacionais (PPE) são importantes na construção de uma escola que promova caminhos de formação para a cidadania. Elas estão

relacionadas à qualidade e melhoria da educação pública no Brasil. A educação, nesse campo, salienta uma atenção do Estado, uma vez que as análises das políticas podem indicar lacunas, possibilitando reflexões, estratégias de enfrentamento de tais demandas. As PPE se direcionam para as emergências problemáticas do cotidiano escolar, situações estas que dificultam a possibilidade de qualidade na educação, dentre essas dificuldades, pode-se mencionar as práticas discriminatórias movidas para a diversidade de gênero e sexualidade (Souza; Fialho, 2020). Assim, o que fica de pergunta mobilizadora nessa discussão é: como a escola pode ser um lugar de diálogo sobre gênero e sexualidade?

Louro (2013) movimenta este debate quando interpõe que uma noção particular de gênero e sexualidade vem sustentando currículos e práticas nas instituições escolares. Mesmo que se afirme que existem muitas formas de viver os gêneros e a sexualidade, é evidente que a escola muitas vezes norteia suas ações por um padrão, nesta provocação, haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal de masculinidade e de feminilidade e uma única forma saudável e normal de sexualidade. A norma está associada à heterossexualidade, nesse sentido, afastar-se desse padrão significa, desviar-se, sair do centro, tornar-se excêntrico.

1.2 A Formação de Professores quanto ao Gênero e a Sexualidade

É importante mencionar que pesquisas vêm sendo desenvolvidas, mesmo que timidamente, no âmbito da formação de professores nas temáticas de gênero e sexualidade. Como por exemplo, a pesquisa de Soares e Monteiro (2019) que buscou analisar a influência do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), ofertado pelo governo federal centrado na formação de professores/as do 6º ao 9º ano do ensino Fundamental de diferentes campos de conhecimentos nas temáticas: gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Esta pesquisa analisou a influência desse curso na prática pedagógica dos professores no Estado do Rio de Janeiro no que diz respeito aos temas gênero e sexualidade.

Dos/as 12 professores/as que participaram, apenas 3 mencionaram que o tema sexualidade foi tratado na licenciatura, seja a partir da ideia dos sistemas reprodutores masculinos e femininos, seja como uma verdade absoluta trazida pela saber científico. Para eles as diversas dimensões da sexualidade apresentadas no curso GDE não foram apresentadas nos cursos de graduação na época que se formaram (Soares; Monteiro, 2019). É notório que as discussões referentes ao gênero e sexualidade foram negligenciadas em muitos cursos de graduação, uma vez, que são temáticas tabus ou que geram um estranhamento ao ser discutidas e muitas vezes vistas como algo “espinhoso” e "delicado" que não mereça o debate.

Embora se tenha muitos desafios para a movimentação dos discursos e debates de

gênero e sexualidade na escola, a pesquisa mostrou que o curso ampliou a visão dos/as docentes no que toca a construção social das identidades sexuais e de gênero, contribuindo para a implementação de atividades sobre estas questões no contexto escolar. Os resultados apontaram para a necessidade da formação continuada de profissionais da educação e de ações que favoreçam o debate dentro das instituições escolares. Outra questão a ser destacada é a urgência de inserir o tema em sala de aula, muitas vezes, depende exclusivamente da disposição pessoal do/a professor/a em enfrentar todas as adversidades advindas do lugar da afirmação dos direitos de igualdade (Soares; Monteiro, 2019).

A falta de um diálogo sobre diversidade sexual desemboca no silenciamento, invisibilidade e exclusão das pessoas que se afirmam fora da matriz heterossexual compulsória, fundamentalmente na esfera escolar, reforçando e reproduzindo valores heteronormativos, ou seja, essa matriz tem haver com a forma que a sociedade se organiza a partir da cisnormatividade (Junqueira, 2013). Butler (2010, p. 155) diz que o imperativo heterossexual, ao passo que possibilita identificações, impede ou nega outras, como é o caso da homossexualidade. Essa matriz de exclusão exige a produção de “seres abjetos”, desse modo, “aqueles que ainda não são sujeitos, mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito”. A noção de identificação e desprezo exibido pelos meninos, exemplificado pelas trocas de olhares e falas, são por vezes formas de se fazer vir à tona a norma heterossexual, ou seja, para que o padrão se apresente e fique em lugar de privilégio é necessário demarcar o que está fora do padrão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gênero e Sexualidade: Aspectos Conceituais

2.1.1 Gênero e a Teoria Queer

A palavra queer em termos políticos e teóricos, surgiu como motor crítico em relação à ordem sexual vigente, possivelmente ligadas a movimentos de contracultura e às demandas daqueles que na década de 1960, eram denominados de novos movimentos da sociedade. Estes reivindicavam direitos civis da população negra do Sul dos Estados Unidos, o movimento feminista da segunda onda e o então movimento homossexual (Miskolci, 2017).

Miskolci (2017) afirma que eles são chamados novos movimentos sociais porque teriam surgido depois do conhecido e disseminado movimento operário ou trabalhador, nessa esteira trouxeram para o espaço público demandas que iam além das de redistribuição econômica. É evidente, que essa classificação foi feita depois, tentando assim superar, com sucesso apenas parcial, uma perspectiva “economicista” que deixou de dá crédito e

reconhecimento devido a importância do feminismo desde sua primeira onda, na qual se constitui como um movimento social muito antes, já em suas lutas e pautas em prol do direito ao voto e à educação para as mulheres ainda no século XIX.

Acrescentando na discussão, Louro (2001) ressalta que *queer* pode ser compreendido por estranho, excêntrico, raro, extraordinário. A expressão também se interpela pejorativa com quem são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem sentido e força de uma invocação sempre repetida, um insulto que reitera e ecoa os gritos de muitos grupos homófobos, por muito tempo, por isso, muitas vezes ganha força, conferindo lugar de discriminação e abjeção àqueles a quem é dirigido.

Este termo com toda sua carga de estranheza e deboche, é incorporado por uma vertente dos movimentos homossexuais para adjetivar suas perspectivas de oposição e de confronto. Para esse grupo, o termo *queer* remete colocar-se contra a normalização, sendo ela vinda de onde vier. O polo imediato de oposição, é diretamente, a heterossexualidade compulsória da sociedade. Pois, *queer* representa evidentemente a diferença que não pode ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é ligada a um viés transgressivo e perturbador (Louro, 2001). Corroborando com essa ideia, Rea e Amancio (2018) entendem a teoria *queer*, como um conjunto de produções teóricas e de práticas de ativismo social voltado para a contestação e a desconstrução de normas sócio-sexuais. A teoria *queer* vê nesses movimentos grupais de “minorias sexuais” sítios de contestação social, desconstrução e desmantelamento da política das normas majoritárias, não somente direcionadas às questões de gênero e sexualidade, mas também em termos de raça, classe, nacionalidade e corpos.

É importante mencionar, além disso, que os movimentos sociais da década de 1960 tinham uma maior participação de camadas de classe média e até populares em lutas já existentes, porém passaram a adotar novos repertórios de demandas de cenários políticos em que as instituições tradicionais e conservadoras como o Estado e os partidos passaram a perceber sua representatividade/autoridade questionada. Os movimentos postulavam que o privado era político e que a desigualdade ia muito além do aspecto econômico. Alguns mais ousados afirmavam que o corpo, o desejo e a sexualidade, tópicos ignorados e pouco debatidos, eram alvo e veículo pelo qual se expressavam relações de poder (Miskolci, 2017).

A luta feminista pela contracepção sob o controle de decisão das próprias mulheres, dos negros contra os saberes e práticas racializadores e dos homossexuais contra a medicina-legal que os classificava como perigo social e psiquiátrico tinham em comum demandas que colocavam em xeque padrões morais da sociedade. Assim, o termo *queer* começa a surgir nessa esfera iconoclasta de alguns membros dos movimentos sociais expresso na luta por

reivindicar a desvinculação da sexualidade a reprodução, cifrando a importância do prazer e a ampliação das possibilidades relacionais (Miskolci, 2017). A teoria *queer* baseia-se na politização da dissidência sexual e das sexualidades ditas contra-hegemônicas e defende uma política identitária não essencializada (Rea; Amancio, 2018).

No campo da produção intelectual, o motor crítico inicial originou obras acadêmicas dispersas em vários países, como o Brasil, a França e os Estados Unidos. Dentre os precursores da Teoria Queer, é importante citar Guy Hocquenghem, o pensador francês que, no início dos anos 1970, publicou uma obra chamada *Le désir homosexuel* (O desejo homossexual), um livro que fala do papel relacionado ao medo da homossexualidade na definição da ordem político social do presente, nesse sentido, também ver-se alguns artigos da antropóloga feminista Gayle Rubin, em especial seu ensaio *Thinking Sex* (Pensando sobre o Sexo, 1984) (Miskolci, 2017).

Segundo Miskolci (2017) apesar da origem dispersa e pouco explorada, a política e a Teoria Queer como reconhecemos hoje se cristaliza historicamente na segunda metade da década de 1980, nos Estados Unidos, quando se teve a epidemia de aids gerando um dos maiores pânicos sexuais de todos os tempos, associado, no caso norte-americano, na recusa estatal em reconhecer a emergência como um grave problema de saúde pública. Contrariamente, no Brasil, em que o enfrentamento da epidemia aproximou Estado e movimento social em meio a redemocratização vivido posteriormente aos 20 anos de governo militar.

O surgimento da Aids agregou roupagens aos movimentos de homossexuais, pejorativamente, a doença passa a ser reconhecida como “câncer gay”, o problema teve efeito imediato de renovar a homofobia presente na sociedade, intensificando processos de discriminação já escancarado por diversos setores da sociedade. Historicamente, a intolerância, o desprezo e a exclusão, que tinha abrandados com a militância homossexual, neste período mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados (Louro, 2001).

Outro grande nome associado a Teoria queer, é o da Filósofa norte-americana Judith Butler que menciona o queer como uma nova política de gênero. Ela se materializa nos questionamentos das demandas feitas pelos sujeitos; em outras palavras, chama a atenção para as normas que o criam. O queer busca tornar visíveis as injustiças e violências implicadas na ampliação e na demanda do cumprimento das normas e das convenções estabelecidas socialmente, através da cultura, violências e injustiças envolvidas na criação dos “normais” e dos “anormais” (Miskolci, 2017).

Como visto no processo histórico da Teoria Queer, a categoria Gênero nasce das lutas

das mulheres em demonstrarem que as diferenças entre homens e mulheres não estão cifradas puramente no aspecto biológico, mas que são dialogicamente construídas no social. O Gênero é um conceito que está ligado à luta política das feministas, que, no decorrer do século XIX para o XX, colocavam-se contra a discriminação que elas passavam, sobretudo na luta pelo sufrágio (movimento sufragista), o que ficou popularmente conhecido como a primeira onda do feminismo. Porém, foi na segunda onda feminista que o conceito foi elaborado e ganhou roupagem, demonstrando que a luta primeira havia se ampliado para as construções teóricas das estudiosas e militantes dos movimentos.

Na constituição dos sujeitos, o gênero é um fator crucial para a compreensão de marcador social. Como menciona Butler (2018), gênero é um dos primeiros marcadores sociais e uma das primeiras identidades que nos constitui. Para a autora, gênero e corpo são discursivos, e é nas relações sociais e institucionais que suas identidades são construídas, muitas vezes, conforme o que é interiorizado como natural e o que não é aceitável na sociedade. Sua existência é moldada em regras rígidas de conduta e normatizações do corpo. Prova disso, é que o corpo sexualizado é hetero e é abraçado como padrão a ser aclamado, seguido e naturalizado.

Butler (2018) mostra a distinção entre gênero e sexo. Crítica a concepção original que sexo é da ordem do biológico e é o destino, na formulação entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído, dessa forma, conseqüentemente, não é o resultado causal do sexo nem tampouco diretamente fixo quanto ao sexo. Assim, é nítida a unidade do sujeito que é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação diversa do sexo.

Se o gênero traz em sua elaboração significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que decorra de um sexo rígido desta ou daquela maneira específica. Levada pela a distinção lógica entre sexo e gênero percebe-se uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Visto que a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente corpos masculinos, ou que a nomenclatura “mulheres” interprete somente corpos femininos (Butler, 2018).

Esta ideia vai de encontro com que Butler (2018) fala sobre, que mesmo os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição, não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer sempre em número dois. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, como consequência de que o homem e masculino podem, com

igual facilidade, significar aspectos tanto de um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. Percebe-se nesse sentido que o termo gênero traz consigo certa flexibilidade e fluidez para a manifestação das diversas formas de existências.

Se o gênero ou o sexo são fixos ou livres, é fundamental considerar a função de um discurso que, como se irá sugerir, busca estabelecer certos limites à análise ou salvaguardar certos dogmas do humanismo como uma prerrogativa de qualquer análise do gênero. O próprio significado da noção de “construção”, fornece indicações sobre as possibilidades culturais que podem ou não podem ser mobilizadas por meio de qualquer análise. Por isso, os limites da análise discursiva do gênero precisam ser levadas em consideração, pois pressupõem e definem a antecipação das possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero dentro dos cenários da cultura (Butler, 2018).

A discussão do gênero como uma construção social é relativamente recente. A partir disso se compreende a necessidade de questionar os papéis sociais e as expectativas de comportamentos entre o feminino e masculino. Louro (1997) colabora com essa ideia na posição de demarcação das relações de poder entre homens e mulheres vista socialmente.

Nessa esteira, concepções elaboradas por Scott (1995), levam-nos a refletir a que gênero pode ser compreendido como uma categoria de análise que permite mapear significados das masculinidades e das feminilidades em um determinado contexto sócio-histórico e cultural. Nesse sentido, gênero é uma construção social que propõe padrões de comportamento e representações socialmente aplaudidas e compartilhadas, de maneira que ser homem ou ser mulher não é sinônimo de pertencimento ao sexo masculino ou feminino, pois depende da incorporação dos papéis socialmente construídos para cada gênero.

De maneira elementar a noção de gênero se distancia de perspectivas como determinismo biológico, uma visão naturalizada, universal e imutável dos comportamentos. Tal determinismo contribui muitas vezes para justificar as desigualdades ancoradas em significações atribuídas às diferenças físicas. O que se faz necessário ao debate das relações de gênero, é perceber os processos de identificação quanto ao gênero passam pela linguística e o social, variando a partir das etnias, valores, costumes e culturas diferentes.

O gênero é estruturado como um organizador da vida social que afeta diretamente homens e mulheres. O gênero não é uma estrutura fixa enrijecida, ele está em constante processo de transformação a partir de demandas sólidas que se colocam na vida prática de homens e mulheres (Louro, 1997).

2.1.2 A Sexualidade a partir de Foucault

Para Foucault (1993) temos acesso ao homem pela vida, pelo trabalho e pela linguagem, ou seja, somente é possível conhecê-lo pelo o que ele é, produz e diz. Sob essa perspectiva, o sujeito é tecido nos enunciados científicos, uma construção historicamente demarcada pelas práticas discursivas. Ademais, ele não é um dado já inscrito na origem, muito menos naturalizado, mas destino e produção. O que direciona a arqueologia dos saberes sobre o humano é a óptica das tecnologias de si ou o que entendemos como formas de subjetivação. É aqui que se desenvolve a história da sexualidade. Ela é compreendida como efeito produzido nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais por um dispositivo complexo:

[...] a sexualidade é o nome dado a um dispositivo histórico [...] à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles, das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e poder. (Foucault, 1993, p.100).

Com a chegada da modernidade e o nascimento das ciências modernas, surge a *scientia sexualis*, que vai diferenciar-se da arte erótica da antiguidade. O discurso científico, ao colocar na equação saber e poder, produz efeitos de verdade. Nessa linha, interessa a Foucault como o poder que se exerce sobre a sexualidade produz o discurso de verdade sobre esta: “[...] no Ocidente trata-se do discurso científico. Foi sob este ângulo que quis abordar a sexualidade.” (Foucault, 1993, p.258). A partir das relações de poder agenciadas pelo o discurso científico, vigora no século XVII a valorização do corpo como um objeto elementar do saber e do poder, no que diz respeito a sexualidade tensiona os efeitos de verdade oriundos do discurso científico sobre a sexualidade.

No livro "A vontade de saber" Foucault (2001) estuda a história da sexualidade em termos de jogos de poder e de verdade, trabalho que é visível a instauração, a partir do séc. XIX, de uma ideia de “ciência confissão” com seus procedimentos para falar o sexo na via de codificação clínica que estabelece parâmetros situados de normal e o anormal no campo da sexualidade. Exemplos disso são figuras que entram em cena como novas: “a mulher nervosa”, a “esposa frígida”, “a moça histérica”, o “marido impotente”.

É interessante que para Foucault (2001) a sexualidade burguesa, comparada às demais, é marcada pela repressão intensa, apresentando-se como modelo a ser seguido por todas as camadas sociais. A sexualidade passa a ser entendida como a chave para a compreensão da individualidade, ou melhor, o que faz parte da própria constituição da individualidade. Dessa maneira, a partir do séc. XIX, o dispositivo sexualidade vai fixando-se na forma da família,

lugar socialmente compreendido como obrigatório de afeto e dos sentimentos de amorosidade.

O núcleo familiar ganha uma intensificação valorativa, desde o séc. XVII, em duas direções: o eixo pais e filhos e o eixo marido-mulher. O fato é que emerge desse lugar uma teorização médica em volta do corpo feminino, da precocidade da sexualidade infantil, da regulação dos nascimentos e da especificação dos atos perversos. Isto revela que o papel da família é o de fixar a sexualidade e, ao passo disso, constituir seu suporte permanente.

Foucault (2001) ressalta que a história da sexualidade, ou melhor dizendo, a série de estudos que compõem as relações históricas entre poder e o discurso sobre o sexo, deve-se reconhecer seu caráter circular, no que toca duas tentativas mutuamente dependentes. Visto que tentemos desembaraçar-nos de uma representação jurídica e negativa do poder, renunciemos a pensá-lo em termos de lei, de interdição, de liberdade e de soberania; como também analisar o que se passou, na história recente, a respeito dessa coisa, aparentemente umas das mais interditas socialmente na nossa vida e de nosso corpo que é o grande cenário do sexo.

A ideia repressora da sexualidade é vista pelo o autor de forma historicizada e evidente, pois ele levanta a questão do poder como algo que tem relação com a barragem e a proibição. Este diálogo é feito com os dispositivos e mecanismos que fazem parte da manutenção do poder. Nas sociedades modernas o poder está direcionado não só ao regimento da sexualidade como também ao modo da lei e da soberania. A análise histórica escancarou a presença de uma verdadeira “tecnologia” do sexo muito mais complexa e com efeitos excludentes (Foucault, 2001).

Dessa forma, é cabível a problematização a respeito da compreensão da sexualidade como um “conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa” (Foucault, 2014, p.139). O que demarca a definição de Foucault sobre a sexualidade é seu aspecto de construção da sociedade ocidental moderna, no que tange a sua produção em meio a complicadas e tensas relações de poder, saber e prazer, mutuamente interligadas.

Este autor demonstrou que envolta do sexo não há apenas interdições, mas que o decisivo dessa construção é uma disseminação discursiva em torno do sexo e suas implicações com a constituição dos indivíduos. Isso traz à tona o entendimento da constituição subjetiva dos sujeitos como resultado de processos educativos. O dispositivo da sexualidade foi constituído pela obstinação em colocar o sexo no campo do discurso rumo a fabricação de uma ciência da sexualidade. É percebido pela junção das técnicas de confissão cristã (com

suas transformações) e uma racionalidade dita científica, com procedimentos e técnicas específicas para a produção de discursos imbuídos do ideal de verdade sobre a sexualidade, algo que Foucault (2014) chamou de *scientia sexualis*, mencionado anteriormente, e que está inserida na ideia do cuidado crescente com a vida, e coloca o sexo no lugar de objeto de interesse público de tal forma a concernir simultaneamente ao indivíduo e ao Estado. Uma vontade quase que exaustiva em fazer falar, escutar e armazenar saber e verdades sobre o sexo.

A sexualidade está presente em todas as culturas, dessa forma, em todos os tempos e nos povos de várias culturas. A sexualidade é uma dimensão inerente aos seres humanos seja de qual raça, cultura ou etnia, ela irá se manifestar tendo em vista alguns aspectos como sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais presente nas existências das pessoas, ela está presente em todos os atos da vida. É notório que é demarcada pela cultura, assim como pelos desejos, afetos e sentimentos, sendo expressa de acordo com a subjetividade de cada sujeito.

Colaborando com essa visão, Foucault (2001) vem questionar algumas características da sexualidade, afirmando que a sexualidade se constrói não apenas no pólo biológico, mas principalmente no imaginário, a sexualidade se coloca não apenas no palpável, mas vai, além disso, como nos meandros do discurso que sustenta o palpável, na ideologia subjacente às várias formas padronizadas de normalidade, imposto no viver da sociedade.

A sexualidade humana não é um dado puramente da natureza. Ela é construída socialmente pelo contexto cultural, assim como o gênero. Diante disso, Foucault (2001) propõe a definição da sexualidade a partir da dimensão sócio-cultural quando afirma que a sexualidade transformou-se, por razão de um processo secular de mudanças, em uma dimensão fundamental de definição das identidades dos indivíduos sociais. A sexualidade dos indivíduos deve ser estudada no que toca analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se reconhecer e se confessar como indivíduos de desejo, estabelecendo de si para consigo numa relação direta que lhes permita descobrir, no próprio desejo, a verdade do seu ser.

O dispositivo sexual está intimamente relacionado à forma que a sociedade se percebe e percebe o outro. Foucault (2001) já ratificara essa prerrogativa quando afirmou que as relações de poder provenientes de dominação estão presentes no contexto escolar, e tudo o que se observa, analisa-se e se debate está dentro do aspecto de controle. Ou seja, a escola é um observatório político que pode legitimar ou punir discursos não alinhados socialmente e corpos “desviantes”.

Os discursos sobre a sexualidade evidentemente continuam se modificando, transformando e multiplicando. Outras respostas, resistências, embates e novos tipos de intervenção social e política são inventados. visivelmente, renovam-se os apelos da parte conservadora, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os sujeitos (especialmente a camada da juventude) e engaja-los na recuperação de valores e práticas tradicionais. É notório que esses discursos não são, claro, absolutos nem únicos, contrariamente, agora, mais do que antes, outros discursos emergem e buscam se colocar. Pode-se se perceber controvérsias e contestações, demarcado no movimento de afirmação, política e publicamente, identidades historicamente silenciadas e sexualmente marginalizadas. Nesse campo, aprendemos, todos, em meio e com essas disputas de poder (Louro, 2021).

2.3 A Escola e o Papel do Professor junto aos Jovens

Diferenças, distinções, desigualdades, a escola não só entende disso como também produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu ações distintivas. Ela se preocupou em separar sujeitos, como por exemplo, tornando aqueles que nela estavam distintos uns dos outros. A escola, historicamente, trabalhou com mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. Prova disso, no contexto da sociedade ocidental moderna separou adultos de crianças, católicos e protestantes, não sendo o bastante, se fez diferente para os ricos e para os pobres e de forma imediata separou meninos e meninas (Louro, 2014).

Concebida desde sempre para acolher uns e não outros, ela foi, timidamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos colocam a instituição escolar no lugar da transformação: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações que de alguma forma escancararam ou não a produção de diferenças entre os sujeitos (Louro, 2014).

Como afirma Louro (2014) a escola delimita espaços. Se apropriando de símbolos e códigos que dizem o que cada um pode ou não pode fazer, ela separa e ao mesmo tempo institui. Delibera o lugar dos pequenos e grandes, dos meninos e meninas. Por meio de seus quadros, santas, crucifixos, grutas religiosas, rituais, esculturas, na perspectiva de apontar aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os indivíduos se reconheçam (ou não) nesses modelos. O prédio da escola diz a todos/as a sua razão de existir. Sua história, marca, seus símbolos e arranjos arquitetônicos “fazem algum sentido”, estes sentidos por vezes constituem distintos indivíduos.

Preciado (2020) fala que a escola é um dos primeiros lugares de aprendizado da

violência de gênero e sexual, ao questionar em seu livro “Um apartamento em urano: crônicas da travessia” a falta de proteção que a escola por vezes tem em relação às pessoas trans. Ele afirma que mais da metade dos adolescentes homossexuais ou trans atestam ser objeto de violência psicológica e agressões físicas na escola.

A escola é uma fábrica de bichas, machinhos, gostosas, gordas, espertos e retardados. Ela é a primeira frente da “guerra civil” na qual se aprende a dizer frases do tipo: “nós meninos, não somos como elas”. A escola não é simplesmente um lugar de aprendizagem de conhecimentos. É uma fábrica de subjetivação, uma instituição que disciplina com o objetivo da normalização de gênero e sexual. Um dos primeiros aprendizados marcantes que a escola coloca é o do gênero, visto que é a primeira instituição política na qual a criança é deliberadamente submetida à taxonomia binária do gênero, ou se é homem ou mulher, através da exigência corriqueira de nomeação e identificação da lógica normativa (Preciado, 2020).

Com amarras das designações convencionais para se seguir o único e definitivo gênero do nascimento, a criança muitas vezes sente-se na obrigatoriedade de permanecer no gênero destinado pelos pais. A escola potencializa e aplaude a teatralização desse modelo convencional de códigos da soberania masculina no “menino-macho” e da submissão feminina da “menina-fêmea”, ao passo que segue na vigília dos corpos, dos gestos, castiga e patologiza toda forma de desvio ou dissidência. Por ser uma fábrica de produção de identidades de gêneros e sexuais, a escola entra em crise quando se depara com o confronto radicalmente desafiante da norma, como por exemplo, as subjetividades transexuais presentes no espaço escolar (Preciado, 2020).

Nessa cena é plausível acrescentar a figura do/a professor/a como agente de transformação dos processos educacionais vivenciados na escola. No livro Medo e Ousadia: o cotidiano do professor, Paulo Freire e Ira Shor (2021) levantam a discussão do educador libertador. Iniciam com a crítica, um tanto presente, que os programas de formação de professores são muitas vezes tradicionais e as escolas que eles frequentam não facilitam a experimentação de outras vertentes. É importante mencionar que isso se conecta ao contexto contemporâneo, pois os estudos de gêneros e sexualidades são negligenciados na formação de professores e também na perspectiva da formação continuada. Limitando esses professores a um trabalho voltado para a diversidade, que se expressa, apesar dos receios, nesse ambiente escolar. E ainda mais, é pertinente tensionar o papel do professor na educação e em práticas libertadoras, que se comprometam com a realidade e a mudança social.

Louro, Neckel e Goellner (2013) problematiza a relação da juventude com a escola, no sentido de afirmarem que o trabalho com os jovens, muitas das vezes, traz um sentimento de

pânico moral nas instituições de ensino em relação ao “ser jovem” na contemporaneidade. Pois, estes jovens apresentam novas necessidades e capacidades. São jovens que parecem produzir, no contexto escolar, uma falta de comunicação entre eles/as e seus professores/as. Notoriamente, pode haver um desconhecimento por parte dos professores sobre quem são, de onde vieram essas pessoas que estão em sala de aula. O reconhecimento dessas problemáticas pelos/as professores/as, melhor dizendo, a noção que estão lidando com pessoas diferentes de si, implica a nomeação dos jovens como seres inadequados.

Esse ponto é percebido nas argumentações de alguns professores quando afirmam que “os jovens são indisciplinados/as, com famílias desestruturadas, carentes afetivos e intelectuais, violentos, usuários de drogas, desinteressados em relação à escola, irresponsáveis”, ou seja, coloca a juventude no lugar da demonização. Por isso, a pertinência de se pensar o trabalho do professor com a juventude. Pois, como coloca Dubet (1997) a figura do professor está em crise, expressão que se remete a condição de transformação e abertura das possibilidades de novas configurações. As antigas formas de ser professor já não garantem a efetividade esperada. E o amparo nesse professor antigo revela pouca eficácia, muitos professores acabam buscando a coerção, e disso o sistema heteronormativo entende bem, como solução imediata quando se percebe diante do insucesso na sua prática docente.

Paulo Freire (2021) tem uma ideia que é muito precisa quando se fala de professores, ele dialoga que para que os professores se transformem, é imprescindível o seu entendimento do contexto social de ensino, vislumbrando que a educação libertadora confronta os métodos tradicionais. Vale dizer então, que o trabalho com a juventude é atravessado por uma educação libertadora, pois tanto os professores como os alunos/as devem ser os que aprendem; devem ser sujeitos cognitivos, apesar de apresentarem suas diferenças. A educação libertadora coloca os professores/as e os alunos/as como agentes críticos do ato de conhecer.

Professores/as e a juventude precisam saber que a luta política com horizontes na mudança social, não acontecem somente dentro da escola, apesar da escola ser parte da construção de possibilidades. Chama-se a atenção para a mobilização dos professores, da escola, dos/as discentes para colocar em análise as diversas manifestações dos gêneros e sexualidades no contexto escolar, dessa forma, não se pode esquecer que ainda se permanece uma estrutura social que alimenta práticas voltadas para a cisheteronormatividade e que isso legitima violências como mostra Judith Butler (2015) nas vidas que são consideradas vidas e dignas de viver e nas vidas que não são consideradas na sociedade.

A pesquisa se faz pertinente, nesse sentido, observar a escola como um lugar potente para um trabalho com gênero e sexualidade, sendo os professores interlocutores privilegiados

neste debate. Em tempos de ameaça no campo da educação e nos estudos de gênero e sexualidade, procuramos encontrar saídas, construir espaços de subversões, possibilitar que vidas sejam legitimadas nos currículos e espaços escolares. Compreendemos que a escola pública é um lugar de afirmação das diferenças, de encontro com a diversidade de corpos, de gêneros múltiplos. É um lugar onde podemos pensar nas diversas possibilidades.

2.4 Análise Institucional, Escola e Discurso

O elo entre Psicologia e Educação desemboca em territórios como o contexto escolar, nos estudos acadêmicos a necessidade de dar conta das problemáticas que envolvem os professores/as, os/as alunas e suas famílias.

O Pensamento Institucionalista busca romper com formas totalitárias de pensar as relações humanas. É uma perspectiva que comporta diversas teorias, experiências e práticas, sempre com o intuito do compromisso com a transformação social da realidade. Faz parte desse movimento a Análise Institucional.

É sabido que a Análise Institucional (Machado; Veronese, 2022) se volta para o cotidiano escolar, naquilo que é mais corriqueiro entre os sujeitos, que todo o jogo social e político se mostra e se apresenta. Nas vivências cotidianas, nos grupos, levanta-se uma reflexão e análise institucional. Qualquer campo em que se tenha encontros e as relações entre as pessoas, apresentam-se as condições necessárias para a prática da análise institucional (Lourau, 2004).

Se é no encontro cotidiano que os efeitos da naturalização, por um lado, interpõe as relações professores/as e alunos/as, por outro ângulo, é na expressão desses efeitos que se tem um campo possível de intervenção, via análise institucional, pois contribui para descortinar até mesmo padrões enraizados do sistema cisheteronormativo.

Da Rosa Zucolloto e Mendes (2020) afirmam que Análise Institucional traz para a prática da Psicologia na Instituição Escolar, a proposta de uma postura que vai além da centralidade, historicamente construída, do âmbito clínico, mas que compreenda e dê suporte a partir do seu aparato teórico, aos sujeitos na instituição com modelos de intervenções mais contextuais, institucionais e sociais. Por meio da Análise Institucional a Psicologia tem recursos para pensar sua prática, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma compreensão de sujeito que está para além do seu problema individual, por meio de um entendimento contextualizado das relações institucionais escolares.

A prática da Análise Institucional não é somente uma técnica, ferramenta ou procedimento a ser realizado na instituição, mas vai muito além disso, ela se revela como uma

postura, ela é um outro olhar sobre o contexto e suas interações. Visto que, a prática da Psicologia a partir dessa teoria pode possibilitar à instituição esse olhar diferenciado sobre os sujeitos, às situações e às relações que permeiam o contexto escolar. A psicologia atrelada à Análise Institucional desenvolve um papel essencial na escola, pois pode promover uma escuta diferenciada ao todo escolar, com o objetivo de que todos os atores escolares façam parte e se envolvam com processos e aprendizagem que ocorrem na escola. Não somente os estudantes devem se implicar com suas aprendizagens, mas também docentes e coordenação (Da Rosa Zucolloto; Mendes, 2020).

O trabalho do/a psicólogo/a, dessa forma, é com a instituição escolar, ele precisa estar atento a tudo que envolve a escola e faz parte da instituição: os/as professores/as, os/as alunos/as, a gestão, os funcionários, as famílias que compõem e fazem parte da escola, assim também com a comunidade que essa escola está localizada. Por conta disso, a necessidade do/a psicólogo/a está implicado com as questões voltadas para a rede externa que de alguma forma impactam a instituição, assim, a importância de perceber os fatores políticos, econômicos e sociais que afetam diretamente a escola. Além do mais, o/a psicólogo/a deve participar de forma ativa de todos os movimentos que compõem o movimento escolar, direcionando seu olhar e importância para as situações que um profissional de outra área não perceberia (Da Rosa Zucolloto; Mendes, 2020).

Posto isto, é preciso cifrar que o/a psicólogo/a tem um papel fundamental em contribuir na construção de um espaço escolar favorável para a existência de corpos LGBTQIAP+. Pois, como menciona Da Rosa Zucolloto e Mendes (2020) a Psicologia pode proporcionar à escola este outro olhar a partir das trocas com os demais atores dos processos educativos, e coletivamente, pensar meios práticos de tornar a escola mais atrativa aos discentes. É perceptível que cada vez mais os/as alunos/as não tem muitos interesses e nem desejos de participarem ativamente da escola. É papel da psicologia em conjunto com professores e equipe escolar desenvolver ações que possam possibilitar ao corpo discente o envolvimento com seu processo de escolarização.

A atuação do/a psicólogo/a a partir dos conceitos da Análise Institucional, é trazer e proporcionar um movimento de mudança, de transformação tanto para instituição, quanto para as relações que nela estão estabelecidas, para que possam ter uma ampliação de horizontes, um outro olhar, um outro lugar, fazendo assim, o seu foco (Da Rosa Zucolloto; Mendes, 2020).

Andaló (1984), ressalta que o psicólogo escolar é um “agente de mudanças”, ela traz que dentro da instituição escolar é fundamental que o psicólogo haja como agente de

mudanças, atuando na construção de espaços de reflexão e transformação. O seu trabalho é de tentar compreender e ao mesmo tempo, tentar produzir novas significações, ajudando a instituição repensar e/ou reformular essas relações que já estão instituídas, como por exemplo, ações preconceituosas contra LGBTQIAP+, no sentido de construir juntamente com os demais segmentos da instituição, um ambiente que se torne mais favorável à aprendizagem, mas colhedor, com mais potência criativa e uma maior comunicação. Faz parte da atuação do Psicólogo na instituição escolar, possibilitar espaços de reflexões e questionamentos sobre o modo de se trabalhar nela, potencializar a reflexão dos discentes, professores e funcionários sobre o funcionamento da escola e nesse lugar se colocar ao lado deles para que juntos possam criar estratégias de possíveis mudanças e melhorias para a instituição (Eizirik, 2001).

Em consonância com a necessidade de pensar na singularidade subjetiva, sem correr o risco de negligenciar as formações sociais, Guirado desenvolve um intercampo discursivo capaz de, na mesma análise, dar formas a esses campos sem incorrer em dicotomia propriamente dita. Trata-se da sistematização de um esquema de pensamento estruturado num modo de fazer psicologia que, não tem a pretensão de ser totalizadora, no sentido que joga com a ideia de que o método configura um recorte analítico sempre parcial e situado no determinado tempo e espaço, recorte que define, ainda, as condições de possibilidade da seara de enunciação do pesquisador (Viaro; Valore, 2011).

Guirado (1997) menciona três conceitos fundamentais, uma vez que, com eles e por eles, pode se falar do atravessamento e do aspecto transitivo de um mesmo esquema de pensamento em práticas diferentes como a pesquisa e o contexto clínico, são eles: discurso, instituição e sujeito. O termo discurso é bem familiar às leituras psicológicas, sendo usualmente compreendido como forma de expressão de uma determinada realidade.

O discurso participa das condições de possibilidade de surgimento e ordenação de saberes, e dessa maneira, insere-se diretamente na realidade como uma atividade, deixando de ser apenas uma representação, seu reflexo e sua tradução especificamente. Ele passa a constituir domínios, objetos, métodos e técnicas passíveis de serem dimensionadas em dado momento histórico, o interessante é que ele é parte constituinte/constituída da realidade que as palavras representariam apenas (Viaro; Valore, 2011). Como discute Guirado:

Assim, quando se fala, fala-se sempre do interior de uma instituição discursiva, uma instituição que: antecede-nos logicamente, rouba-nos a autoria de nosso texto, insere-nos numa ordem de lugares de enunciação, instaura as possibilidades de sentido e de significação, é ocasião de reconhecimento e de toda subjetividade possível (Guirado, 1997, p.147).

Nesta perspectiva, o discurso dispõe de condições de enunciação e lugares, dessa

forma, relações de poder-saber acontecem, ele então, não é exatamente uma palavra, mas também não é exatamente coisa, é regramento historicamente situado a partir do qual certas condições de possibilidade (das palavras e das coisas) se dão. É, finalmente, situado como regime discursivo, no qual efeitos de poder próprios do jogo enunciativo, se fazem de palavras e coisas qualificadas como verdadeiras (ou falsas) e mecanismos de sujeição a elas vinculados. Isso é prática discursiva (Viaro; Valore, 2011).

Diante disso, o percurso formativo em gênero e sexualidade com professores vislumbra a movimentação de discursos e práticas referentes às expressões destas categorias no campo escolar. Mobilizar discursos e promover espaços de discussão, nessas temáticas, é compreender como aquela instituição e professores, de modo específico, se relaciona, lida e tece discursos que falam sobre as suas compreensões dos gêneros e sexualidades. Visto que, trabalhar com discursos não passa apenas pela enunciação de saberes, mas sim, com as possibilidades de quem fala transforma-se nesse processo. Por isso, que é um percurso e não algo pontual, fixo e rígido. Pois, o discurso sendo munido de saber e poder, situado em uma lógica histórica, se faz, pertinente pensar a formação em termos de desconstrução e construção de discursos, haja vista, a dinamicidade e movimento dos processos de vida. Assim, esta trajetória no campo de gênero e sexualidade se mostra promissora, tendo em vista, que são temáticas espinhosas, cheias de tabu e atravessadas por conservadorismos que, muitas vezes, colocam o espaço escolar e professores na linha de frente na reprodução de violências.

3 OBJETIVO DA PESQUISA

3.1 Objetivo Geral

Construir um percurso formativo sobre gênero e sexualidade com professores da escola da rede estadual de ensino.

3.2 Objetivos Específicos

- Fomentar espaços e discussões no ambiente escolar sobre as questões de gênero e sexualidade.
- Identificar os discursos atribuídos aos gêneros e sexualidades na cultura escolar.
- Compreender as expressões de gênero e sexualidade no contexto escolar de LGBTQIAP+.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é construída no campo das pesquisas qualitativas, o qual trata de uma abordagem que, segundo Minayo (1994), diz respeito a questões muito singulares. Ocupa-se, nas ciências sociais, com um determinado nível da realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com a dimensão dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes relacionado a um espaço dos processos e dos fenômenos sem traduzi-los à operacionalização de variáveis.

Desse modo, a realização deste estudo se vale da metodologia da pesquisa-intervenção (Rocha; Aguiar, 2003), consistindo em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades no âmbito da sua diversidade qualitativa, ao assumir a intervenção de viés socioanalítico. O processo de sua formulação aprofunda a ruptura com nortes tradicionais de pesquisa e amplia as bases teórico-metodológicas das pesquisas participativas, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política na experiência social. A pesquisa-intervenção afirma seu caráter desarticulador das práticas e dos discursos instituídos, inclusive os construídos como científicos, substituindo-se a fórmula “conhecer para transformar” por “transformar para conhecer” (Coimbra, 1995). Vislumbrando assim, práticas voltadas para concepção de sujeito e de grupo, de autonomia, de liberdade e de ação transformadora.

4.1 Caracterização do campo da pesquisa

A pesquisa ocorreu na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Governador Gonzaga Mota, escola pública estadual, situada no município de Crateús no Ceará. Localizada na periferia da cidade, na rua Dr Júlio Lima, 2194, bairro Campo Velho. Atende jovens deste bairro e outros bairros das imediações desde 1987, quando ofertava educação de jovens e adultos. Em 1999 passou a atender crianças com o ensino fundamental e em 2009 ampliou para o nível médio. Atualmente conta com 350 discentes e 34 professores. A escola funciona nos três turnos com turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio, sendo que somente o 1º ano funciona integralmente. Funciona nos turnos manhã e tarde na sede e noite nos anexos Curral do Meio, Realejo e Montenebo, sendo que estes anexos são localizados na zona rural, no qual é oferecido o Ensino Médio em regime de cogestão.

Ela disponibiliza salas de aula, laboratórios de informática e química, cantina, biblioteca, banheiros, pátio, sala de música, sala de professores, sala de coordenadores, sala de leitura, quadra poliesportiva bem ampla, onde são fornecidas atividades extracurriculares e momentos de interação. A escola conta com o projeto diretor de turma que é um projeto de

aproximação e acompanhamento das questões escolares mediado entre professor e discente.

A escola é localizada em um território com algumas vulnerabilidades sociais, ela fica próximo ao bairro São José, que é um espaço indígena. Ela recebe alunos/as da comunidade e também dos interiores (zona rural), pois sua localização facilita o acesso de quem mora nos distritos. Este território tem algumas vulnerabilidades sociais, econômicas, políticas que acabam reverberando na instituição, como, violência doméstica, negligência familiar, gravidez na adolescência, problemas com drogas lícitas e ilícitas. É inegável que esse contexto acaba impactando no espaço escolar, haja vista, que a escola faz parte da comunidade.

Figura 1: Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Governador Gonzaga Mota



Fonte: Arquivo da pesquisa. Crateús, 2023.

Figura 2: Área interna da Escola.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Crateús, 2023.

4.2 Participantes

Por se tratar de uma pesquisa-intervenção na instituição escolar e com norte no percurso formativo em gênero e sexualidade, os participantes da pesquisa foram os professores, uma vez que, se trabalharmos com docentes sobre a temática, podemos reverberar na instituição como todo. Em diálogo com a diretora, preferimos fazer o convite aos participantes na reunião de planejamento mensal, em que pude explicar um pouco sobre a pesquisa, seus objetivos, encontros e afins. Acordamos que os encontros aconteceriam no horário de planejamento das aulas que acontecem no decorrer da semana.

A instituição conta com 34 professores, sendo divididos por áreas do conhecimento. Participaram da pesquisa 23 professores, sendo 7 de linguagens e códigos, 8 de ciências da natureza e matemática e 8 de ciências humanas. Os critérios de inclusão utilizados foram: 1) Pessoas exercendo a função de docente na instituição escolar; 2) Professores efetivos ou contratados; 3) Professores interessados na temática sobre gênero e sexualidade e como

critérios de exclusão: 1) Pessoas não ligadas formalmente a instituição escolar; 2) Funcionários que não desenvolvem práticas docentes; 3) Professores que não se interessem pelas as questões voltadas ao gênero e sexualidade.

No que se refere a idade dos participantes variou entre 27 a 65 anos de idade, é interessante que a escola conta com professores com bastante tempo de prestação de serviço na instituição e com poucos professores mais jovens e com pouco tempo em comparação com os demais. São professores que têm de 10 a 15 anos de sala de aula nessa escola. Nesse sentido, o estudo é composto por pessoas que têm uma história nesse lugar. Quanto ao gênero dos participantes, foram 10 do gênero masculino e 13 do gênero feminino. São pessoas cis e heterossexuais, aqui podemos visualizar a ausência de pessoas trans no corpo docente, algo que ainda merece destaque nas discussões de gênero e sexualidade, pois estas pessoas por mais que tenham alcançados alguns lugares sociais, chama atenção para o questionamento do acesso a educação, bem como espaços escolares como educadores/as dentro da instituição.

Os encontros aconteceram em formato de roda de conversa, realizados em grupos de professores, por área do conhecimento, com duração de 2 horas em média. Na terça me encontrava com professores de linguagens e códigos, na quarta com professores de ciências da natureza e matemática e quinta com professores de ciências humanas. É pertinente a assiduidade deles no percurso formativo. Retomarei com mais detalhes em resultados e discussões.

Todos os participantes tiveram acesso e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (ver Apêndice), que explicou sobre o estudo e possíveis riscos e benefícios existentes no processo de pesquisa, bem como sobre os direitos dos participantes e os deveres do pesquisador responsável. Foi garantido sigilo das informações pessoais fornecidas por eles, de modo que por hipótese nenhuma será identificado ao longo da apresentação dos resultados. E também assinaram o Termo de Autorização de Imagem (ver Apêndice). Demais instrumentais e documentos decorrentes da pesquisa estão armazenados em local seguro e de responsabilidade do pesquisador.

O parecer da Plataforma Brasil de N° 5.913.441 atesta a aprovação do projeto junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no dia 27 de fevereiro de 2023 e estará no Anexo deste estudo.

4.3 Procedimentos

A inserção do Psicólogo na escola é fundamental, pois é um profissional que vem somar no sentido de contribuir com as dimensões psicológicas implicadas no processo de

ensino e aprendizagem, na relação de educadores com seu trabalho, em processos de reflexão mais sistemáticos junto a esses profissionais, levando-os a repensarem suas práticas, dificuldades, encaminhamentos e a buscarem soluções para problemas que vivenciam. Além disso, o psicólogo escolar pode ser dinamizador no processo de formação dos educadores (Ota et al., 1999).

Ao me inserir na escola, no dia 13 de fevereiro de 2023, fui recebido pela a diretora na qual tivemos uma conversa sobre a instituição, ela destacou a importância da temática de gênero e sexualidade, pois a escola permeia essas subjetividades tanto no corpo discente como também no corpo administrativo e docente. Ela fez uma visita guiada pela escola, apresentando estrutura, espaços e funcionalidades. Fui apresentado na sala dos professores no horário que estavam grande parte deles. Passei uma semana (13 a 17/03/23) indo todos os dias para me familiarizar com todos os atores escolares e também a aproximação com os docentes.

Ao longo do período de observação-participante, percebi a movimentação a partir da minha presença. Por se tratar de uma análise institucional, percebi o lugar que eles iam me colocando na escola. Para os alunos “era o psicólogo que ia fazer palestra” para os professores “era o psicólogo que ia falar sobre sexualidade”. Aos poucos fui ganhando um lugar na dinâmica escolar.

Ardoino e Lourau (2003) expõem três categorias de Análise Institucional: 1) Análise Institucional em ato ou socioanálise, que refere-se à prática de intervenção em organizações-cliente como indústrias, administrações, escolas ou formações; 2) Análise Institucional Restrita que diz respeito ao conjunto de considerações teóricas que forma um reservatório de dados e conceitos para as diversas intervenções institucionalistas. Sendo um segundo momento da Análise Institucional que depois da euforia oriunda da intervenção vem uma espécie de parada reflexiva. E a 3) Análise Institucional Restrita que é relativa a intervenções em instituições específicas como a igreja, a escola, o Exército.

O método varia pouco a pouco sendo seguido por uma socioanálise. A intervenção acontece no desenrolar cotidiano. Ocorre nesse sentido uma familiaridade entre o analista-pesquisador e o grupo-cliente. A socioanálise longitudinal é levada a outras técnicas, uma delas é a restituição das informações coletadas. Diante disso, em Análise Institucional a restituição cada vez mais preconizada - posto que os analisadores, discussões e direções são dadas coletivamente - é ao mesmo tempo produção de nexos e desvio grupal, assim, pesquisa e intervenção. Atenta, nesse momento, com vários aspectos da intervenção e menos centrada no aqui e agora, a socioanálise encontrou, no tempo da intervenção e na restituição dos resultados da pesquisa, uma direção formativa ou sua pedagogia. Por isso, é o duplo viés da

Análise Institucional: a intervenção e a formação, nesse quesito, formação contínua (Rossi; Passos, 2014).

No momento da intervenção, percebem-se analisadores que indicam os objetivos da intervenção e a forma que se deve intervir, mantendo a gênese social do objeto da pesquisa de forma concomitante à gênese teórica e metodológica. A intervenção se junta à pesquisa para produzir outra relação entre sujeito/objeto e teoria/prática. Dessa forma, a pesquisa-intervenção é interessante por mostrar as relações de poder do campo da investigação, melhor dizendo, uma desnaturalização permanente das instituições, sendo incluso a própria instituição de análise (Rossi; Passos, 2014).

Os encontros foram articulados a partir de rodas de conversas, pois esta metodologia de trabalho se vincula com coletivos, a roda de conversa é recente e vem sendo desenvolvida em diversos contextos, partindo dos estudos de Paulo Freire, seu referencial teórico-metodológico da Educação Popular, além da proposição dos Círculos de Cultura, que se filiam as noções de educação, liberdade e transformação dos indivíduos e do meio em que vivem (Sampaio et al., 2014).

As rodas de conversas possibilitam encontros dialógicos, abrindo espaços de produção e ressignificação de sentido e saberes sobre a experiência dos partícipes. Na roda a fala é compreendida como expressão de modos e formas de vida. Ela intenciona a construção de novas possibilidades que se abrem ao pensar, num movimento contínuo de perceber, refletir, agir, modificar, em que os participantes podem se reconhecer como protagonistas de sua ação e de sua própria possibilidade de ir além. No movimento saber-poder, as rodas de conversas, ao abrirem a fala horizontalizada, podem funcionar como dispositivos de empoderamento (Sampaio et al., 2014).

Os dispositivos disparadores das rodas de conversas foi pensados após a inserção no campo, pois auxilia o Psicólogo-pesquisador, a compreender quais temas são mais emergentes, qual ponto de articulação precisa ser trabalhado na escola, quais os recursos disponíveis para a facilitação das rodas, qual o grau de envolvimento dos/as professores/as com os temas, qual abertura da escola para as questões que cruzam a temática. No entanto, as rodas de conversas tem como eixo central a formação em gênero e sexualidade.

De início pensei em desenvolver 5 encontros com todos os professores, mas por questões de organização institucional e adequação na agenda dos professores, o horário desenvolvido foi no horário dos planejamentos semanais deles. Eles tem média 4 horas semanais para planejar suas aulas. As rodas de conversa foram realizadas por área de conhecimento, nesse sentido, facilitei 9 encontros com duração de em média 2 horas, com

dispositivos disparadores criados a partir das conversas informais com professores, gestão e alunos (as) e da observação-participante, exemplificado no quadro a abaixo (ver Quadro 1).

Quadro 1: Organização das rodas de conversa.

Área do conhecimento	Datas das realizações dos Encontros	Duração	Dispositivos disparadores
Linguagens e Códigos	1-17/03/2023	2h	Gênero e Sexualidade: questões introdutórias.
	2-28/03/2023	2h	Sim, nos caminhos tem muitas pedras: Brasil, o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.
	3-25/04/2023	2h	Direitos e conquistas: nossos caminhos com liberdade e amor.
Ciências da Natureza e Matemáticas	1-22/03/2023	2h	Gênero e Sexualidade: questões introdutórias.
	2-29/03/2023	2h	Sim, nos caminhos tem muitas pedras: Brasil, o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.
	3-19/04/2023	2h	Direitos e conquistas: nossos caminhos com liberdade e amor.

Ciências Humanas	1-24/03/2023	2h	Gênero e Sexualidade: questões introdutórias.
	2-30/03/2023	2h	Sim, nos caminhos tem muitas pedras: Brasil, o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.
	3-20/04/2023	2h	Direitos e conquistas: nossos caminhos com liberdade e amor.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador (2023).

O dispositivo disparador Gênero e sexualidade: questões introdutórias foi criado, pois muitos professores por mais que tivessem escutado alguma coisa sobre essas categorias não sabiam sua relação e expressão na realidade prática, o Sim, nos caminhos tem muitas pedras: Brasil, o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo foi pensado a partir da necessidade de entendermos as circunstâncias violentas que as pessoas dessa comunidade passam como violência física, psicológica, violência na escola, nesta também estendendo para questões de como escutar uma pessoa que sofreu alguma tipo de violência por conta da sua expressão de gênero e sexualidade, bem como reflexões do professor (a) como agente de mudança. O último dispositivo foi construído para refletirmos sobre os direitos alcançados e também questionarmos os nossos caminhos não são só na via de dores, mas de amor, alegria, prazer, conquistas.

Figura 3: Cenário - Gênero e Sexualidade: questões introdutórias.



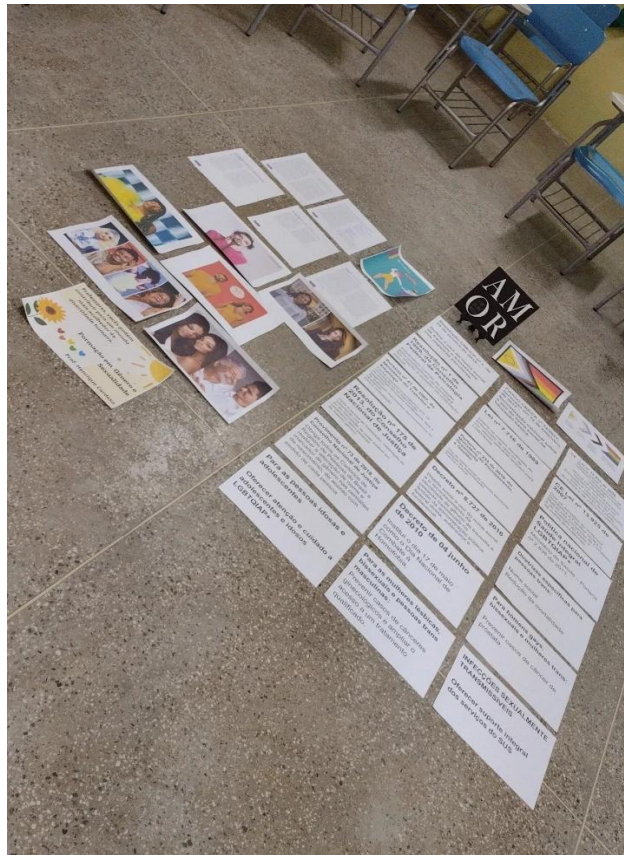
Fonte: Arquivo da pesquisa. Crateús, 2023.

Figura 4: Cenário - Sim, nos caminhos tem muitas pedras: Brasil, o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Crateús, 2023.

Figura 5: Direitos e conquistas: nossos caminhos com liberdade e amor.



Fonte: Arquivo da pesquisa. Crateús, 2023.

Nesta perspectiva, foi utilizado como instrumento de coleta de dados o diário de campo, pois como afirma Freitas e Pereira (2018) é um instrumento metodológico utilizado na atuação do psicólogo para registrar o que é vivenciado durante a atuação. É através do diário de campo que é possível conhecer as vivências, o que demarca um saber não institucionalizado, mas de ordem prática (Costa; Coimbra, 2008). O diário de campo possibilita a produção de um material de caráter íntimo, etnográfico e de pesquisa. O material produzido se difere de um texto comum, pois apesar de ser um texto científico, permite certo distanciamento da experiência registrada e avaliação do que houve, em contrapartida com hipóteses e propósitos. Nota-se o diário de campo como uma ferramenta muito importante utilizada com práticas grupais.

O processo de registro foi realizado a cada visita e encontros. Adotei um caderninho pequeno e discreto para anotar frases e situações que escutavam no decorrer dos momentos. O diário de campo, foi necessário para registros cruciais da minha experiência. Após cada visita, tive o cuidado de registrar no computador as afetações e os pontos escritos no caderno, bem como lembranças que vinham sobre o momento de imersão no campo.

4.4 Análise e interpretação dos dados

Foi adotado como metodologia de análise de dados, a Análise Institucional, pois traz à tona o intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de pertencimentos e referências institucionais, analisando, também, o lugar que está na divisão social do trabalho, da qual é legitimador. Nesse sentido, todo o processo de pesquisa desde a imersão no campo até o desligamento da instituição foi baseado na análise institucional.

O seu princípio norteador é o de que a aproximação com o campo inclui, sempre, a análise do impacto que as cenas vividas e observadas têm sobre a história do próprio pesquisador e sobre o sistema de poder que autoriza o instituído, incluindo aí o lugar de saber e o título de poder do “analista-pesquisador” (Paulon, 2005).

Colocar a “instituição pesquisa” em análise, quer dizer incluir desde o questionamento à encomenda da pesquisa e a posição crítica frente aos solicitantes, até a análise das características contratransferenciais do analista-pesquisador, que devem contemplar o lugar de poder e as injunções hierárquicas que seu lugar de consultor/perito na intervenção inevitavelmente lhe coloca (Paulon, 2005).

De acordo com Lourau (1997) são importantes cinco categorias para os diversos conteúdos a serem analisados no processo de pesquisa: As implicações, segundo ele chamadas de Primárias, referem-se às 1) implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/intervenção; 2) com o local, organização em que a pesquisada é realizada ou até mesmo a que pertença o pesquisador, especificamente, com a equipe de pesquisa/intervenção; 3) implicação na encomenda social e demandas sociais. No tópico das implicações secundárias o autor destaca; 4) implicações de natureza sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicações epistemológicas); e por último 5) implicações na escritura ou outro meio que sirva à exposição da pesquisa.

Ainda mais, outro conceito-ferramenta legado pelo movimento institucionalista, o analisador refere-se a todo dispositivo de cunho revelador das contradições de uma época, de um acontecimento, de um momento grupal e que permite, a partir de uma análise de decomposição do que aparecia até então uma totalidade homogênea (uma verdade instituída), desvelar sobretudo o caráter fragmentário, parcial e polifônico de toda a realidade apresentada (Paulon, 2005).

Por isso, o intelectual implicado procura não se retirar dos efeitos analisadores do dispositivo de intervenção, já que ele se apresenta pela a vontade subjetiva de analisar até o limite as implicações de seus pertencimentos e referências institucionais, ao colocar de forma

centrada na investigação aquilo que os neutralistas julgavam como lixo ou inconvenientes da investigação dita científica (Paulon, 2005).

É interessante que o conceito-ferramenta da análise das implicações aparece como instrumento do analista-pesquisador. Visto que, a intervenção se articula à pesquisa para produzir uma outra relação entre a instituição da formação/aplicação de conhecimentos, teoria/prática, sujeito/objeto, indo contra a psicologização dos conflitos e valorizando os processos de singularização.

Quanto à análise dos diários de campo, seguiu uma análise crítica dos discursos que permeiam as dimensões do gênero e sexualidade. A pesquisa-intervenção com norte na análise institucional coloca o pesquisador no processo analítico durante todo o percurso de imersão no campo. Desse modo, fui percebendo como a minha inserção e implicação no campo foi sendo construída. Os discursos presentes nos diários serão utilizados como analisadores do processo institucional de pesquisa nos resultados e discussões.

O percurso formativo, algo que proponho a fazer, dá origem à cartilha em que exponho os passos que utilizei para sistematizar o processo formativo em gênero e sexualidade. Nela, mostro como foi arquitetado cada encontro, temática, objetivos, materiais utilizados, resultados esperados.

A ideia de construção da cartilha é ser um material didático pedagógico que auxilie professores, formadores, profissionais da saúde e educação a facilitar processos de ensino e aprendizagem em gênero e sexualidade. A cartilha atesta que o percurso formativo desenvolvido é fácil de replicabilidade e tem o horizonte em possibilitar multiplicadores para os que do processo formativo participarem. A cartilha será disponibilizada de forma virtualizada, haja vista, a facilidade em que os profissionais da educação tem em ter acesso a smartphones e notebooks para a exibição.

A cartilha visa contribuir para a disseminação de saberes no campo das políticas públicas educacionais em gênero e sexualidade, tendo em vista, a necessidade de trabalhar diretamente com formação de professores nesta temática, pois o que se pode muitas vezes visualizar é a fragilização e silenciamento dos discursos sobre gênero e sexualidade nas escolas, reverberando, no aumento do preconceito, discriminações, naturalização da violência contra pessoas LGBTQIAP+, a não identificação e omissão dos docentes.

No final desta pesquisa, seu relatório de avaliação deverá ser transcrito para um artigo a ser publicado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

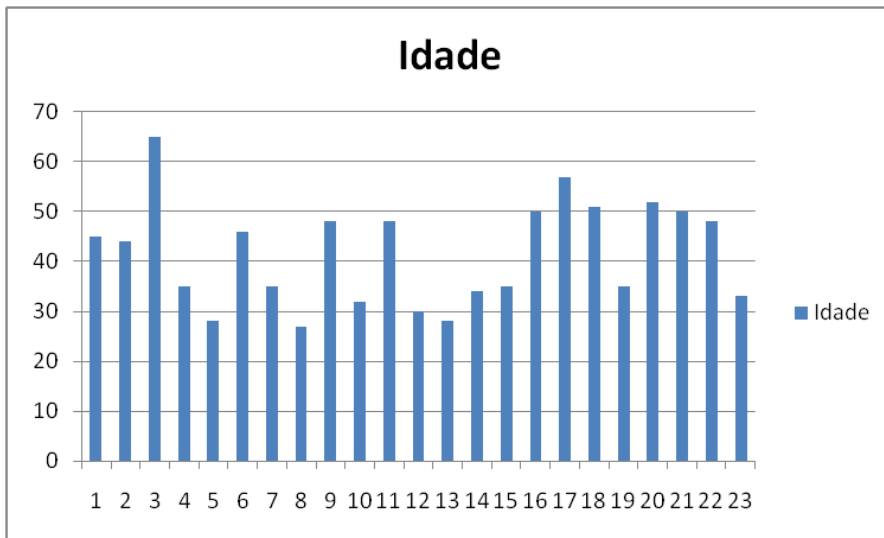
5.1 Conversando sobre os participantes, o que seus pertencimentos nos revelam?

Como sinalizado na metodologia, participaram da pesquisa, 23 (vinte e três) professores, divididos por área de conhecimento (Gráfico 1). A organização da amostra se deu pela adequação do projeto de pesquisa com o alinhamento institucional, pois o percurso formativo tornou-se mais viável a ser realizado no horário de planejamento das aulas. Momento que se tornou o mais oportuno, visto que os professores se mostravam com horário restrito, por serem trabalhadores de outras instituições e não ter disponibilidade de horário fora ao que já é destinado para cumprimento do seu planejamento. Em relação a participação dos professores por área do conhecimento, participaram 7 (sete) professores de linguagens e códigos, 8 (oito) professores de ciências da natureza e matemática e 8 (oito) professores de ciências humanas. No que diz respeito às faixas etárias dos participantes em geral variaram entre 27 a 65 anos (Gráfico 2).

Gráfico 1: Distribuição por área do conhecimento.

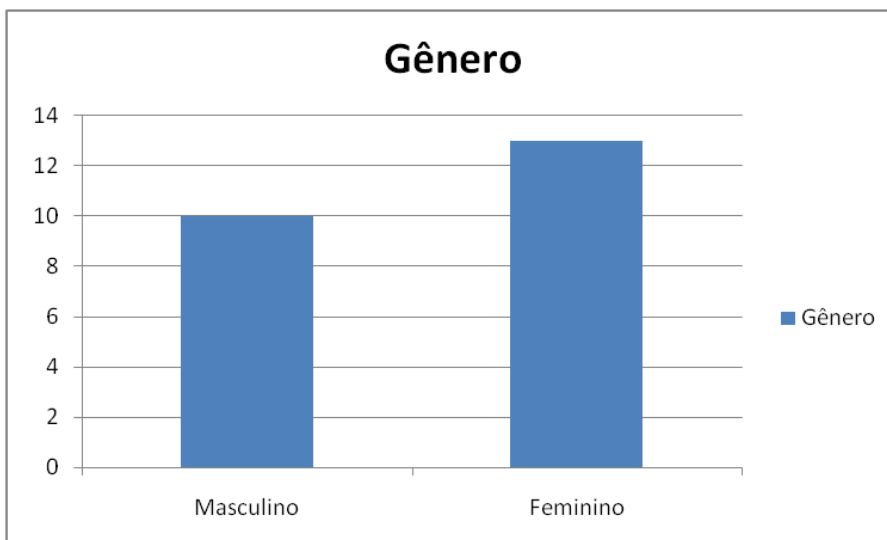


Gráfico 2: Distribuição por idade de cada participante.



Em relação ao gênero, participaram 13 pessoas do gênero feminino e 10 pessoas do gênero masculino (Gráfico 3).

Gráfico 3: Distribuição por gênero.



5.2 Análise de Implicação do Pesquisador

Lourau (1995) desmembra o conceito de Análise da Implicação conforme a qualidade da relação estabelecida: 1) Implicação institucional diz respeito ao conjunto das relações entre “ator” e as instituições; 2) Implicação prática é as relações que o “ator” mantém com as bases materiais das instituições (o estabelecimento e organização); 3) Implicação sintagmática mostra as relações interpessoais que os grupos demonstram, ou seja, os fantasmas do grupo; 4) Implicação paradigmática fala da relação entre o saber e o não saber do grupo, códigos e

regulamentos da instituição e por último 5) Implicação simbólica que remete a sociabilidade e o vínculo social.

A minha relação com o prédio da escola é desde 2013. Entrei naquele espaço nesse ano e sai em 2015, quando terminei o ensino médio. Anteriormente, era a Escola Estadual de Educação Profissional Manoel Mano (Liceu). Passei 3 anos intensos naquele espaço, pois é uma escola de tempo integral. Hoje ela foi para um novo prédio e a Escola Gonzaga Mota foi realocada lá, devido, sua antiga estrutura não comportar e não ser adequada.

Minha mãe estudou no antigo Gonzaga Mota, ela terminou o ensino médio depois de casada e com 2 filhos. Ela me levava às aulas à noite. Eu adorava, achava um máximo ir com ela, a merenda da escola, as amigas dela de sala. Como era próximo a rodoviária, aproveitava para olhar quando chegava e saía dos ônibus. Minha história com o Liceu começou com o sonho de crescer, sair da minha antiga escola (Gaspar Dutra) e ir para o tão sonhado “Liceu”.

Já ouvia histórias do quanto o Liceu mudou a vida das pessoas. E lá só estudava quem tinha notas boas, fiz a seleção e passei. Como eu fiquei feliz. Nesta escola pude fazer amigas e amigos que ainda hoje tenho contato. Sempre digo que o liceu me tornou a pessoa que sou hoje, um jovem preto, de periferia e que pôde sonhar com um futuro melhor. Um jovem que mudou a rota da sua vida. Como era integral, então, tive vivências cotidianas muito ricas, lembro dos conflitos, festas literárias, como a noite de gala, os laboratórios, superação ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Foi lá que me “assumi” enquanto LGBT para uma amiga.

Vivi muitas emoções. É tanto que no 3º ano veio a despedida e que tanto trouxe nostalgias. Tornei-me um ser humano mais crítico através das aulas de filosofia e sociologia. A rotina era cansativa, mas amava aquele espaço. Tudo era lindo e fazia sentido para mim. Depois de alguns anos realizando a pesquisa, mesmo não sendo os mesmos funcionários, tendo só dois do Liceu, me traz um sentimento de estar em casa, pertencente, familiarizado, quando a escola é parte do seu lar. Nesse sentido, o período que passei na experiência de pesquisa, trouxe uma certa nostalgia, sentimento de saudade do vivido. Senti-me conectado naquele espaço, nele construí memórias e fui muito feliz. Ele é um pedaço da minha história, foi minha base para os caminhos de psicólogo e pesquisador.

Outra implicação não menos importante é com a história da luta contra a homotransfobia no município de Crateús. Na fala de uma das professoras mais antigas da escola ela ressaltou “você está fazendo o que o Luis Palhano Loiola iniciou há algum tempo atrás”. Luis Palhano era um homem gay que desenvolvia estudos, pesquisas e formação em Gênero e Diversidade Sexual nas escolas. Ele era professor e vice-reitor da Universidade

Estadual do Ceará (UECE), foi brutalmente assassinado por homofobia em 2008 em Crateús, deixando livros sobre “Desatando Nós, fundamentos para a prática Educativa sobre gênero e diversidade sexual e Diversidade Sexual perspectivas educacionais”. Luis Palhano marca a história do movimento LGBTQIAP+ de Crateús de uma forma muito decisiva. Nesse sentido, a minha pesquisa é também um ato de resistência e o seguimento na luta por uma cidade mais acolhedora da diversidade, bem como ousar pensar em profissionais da educação mais atentos e sensíveis a essa realidade. Luis Palhano se tornou símbolo da luta contra a homofobia e inspiração de coragem para continuar essa luta.

5.3 O que resulta de uma Análise Institucional

Como ressaltado anteriormente, quando cheguei à escola no dia 13/03/23 fui recebido pela a diretora. O contato inicial com ela foi desde dezembro de 2022. No primeiro dia de visita, realizei a inserção na instituição, a diretora realizou comigo uma visita guiada de apresentação em todos os setores, secretaria, sala da coordenação, sala de diretor de turma, sala de multimídia, cozinha e sala dos professores. Em cada sala ela me apresentava e ressaltava que iria passar um período na escola. Na sala dos professores, me apresentei, já sinalizando que explicaria melhor sobre minha proposta de pesquisa no dia do planejamento mensal. Achei interessante fazer uma pequena fala nesse momento, uma vez que seria o público que trabalharia no momento da formação.

Aos poucos fui ganhando espaço e intimidade escolar, um dos lugares que sempre estava para guardar meus pertences e sentava para anotações era a sala de multimídia. Fui me integralizando na rotina, a ponto de ficar “conhecidinho” por todos da instituição. Nos primeiros dias senti uma certa resistência em relação aos olhares e cochichos, tanto dos profissionais quanto dos discentes. Como muitos sabiam que era psicólogo, às vezes chegavam e perguntavam se eu iria atender os alunos. Os próprios alunos chegavam e perguntavam se iria dar palestras. Minha presença foi ganhando contornos ao passo que fui explicando os motivos de estar na escola.

É interessante que fui percebendo as sutilezas das minhas investigações em gênero e sexualidade, desde a conversa com a direção geral até os “papos” informais com docentes. Na conversa com a gestão escolar pude visualizar a demanda institucional voltada para a temática de gênero e sexualidade. No diálogo alguns discursos foram tecidos nesse sentido, como: “não sei muito o que fazer em determinadas situações”, “é difícil não é algo simples, a escola tem muita gente assim e muitos conflitos dessa natureza”, ela relatou um conflito entre professores: “Um professor disse que o outro é homofóbico daí ficam sem se falar”, “os

professores chegam muito pra mim para falar que duas meninas estão namorando e me questiona se vou deixar na escola”, “fico pensando se fosse um casal de um menino e uma menina eles viriam falar , uma vez que é algo comum”, “eu não sei chegar para os casais, digo que não posso impedir”, “os pais não aceitam, então os alunos preferem a escola para se expressar”, “aqui na escola tem muitos professores antigos e seguem a lógica de valores próprios, tem duas professoras testemunhas de Jeová, são bem rígidas em relação a questão de gênero e sexualidade, percebo que demonstram insatisfação com eles”, “a não aceitação dos professores pode prejudicar esses alunos, pois percebo a exclusão deles”. Foram ouvidos discursos como "opção e escolha" para se referir a orientação afetivo-sexual dos discentes. Mostra a dificuldade da escola em utilizar a linguagem correta, por exemplo, para falar com pessoas trans, “aqui na escola tem em média 6 pessoas trans no corpo discente”, “a escola tem 2 professores "assumidos" e um secretário, que a gente sabe, pode ser que tenha mais”.

Louro (1997) nessa seara diz que os sentidos precisam estar aguçados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição subjetivas dos indivíduos implicadas na concepção, na organização e no desenrolar cotidiano da escola. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer corredores e salas, perceber-se nas pessoas, nos seus gestos, em suas roupas; é preciso estar atento aos sons, as falas, as sinetas e os silêncios, além disso, se faz necessário sentir os cheiros especiais, as cadências, os ritmos marcando movimentos e expressões dos sujeitos da instituição. Em atenção aos pequenos detalhes, veremos que até mesmo o tempo e o espaço escolar não são atribuídos nem usados, por tanto não são concebidos, do mesmo jeito por todas as pessoas envolvidas. Aspectos presentes na cena presenciada:

Presenciei uma piadinha de um aluno (hétero) com uma aluna (trans). Ele ficava a todo momento fazendo gestos e falando algumas coisas em sua direção. Em um dos momentos pude observar ele fazendo um círculo com os dedos indicador e polegar na boca e colocando a língua dentro desse círculo em movimentos de língua para dentro e língua para fora. Sinalizando uma expressão conhecida como “queima rosca”. Essa menina apresenta características do gênero feminino: cabelos longos pintados de vermelho (expressões de gênero), unhas pintadas de vermelho, brincos, trejeitos, sapato rosa, pernas cruzadas. Pensei na necessidade de racializar o debate, essa pessoa é negra. Escutei de um aluno a seguinte frase: “fulano é viado demais, oh”.

Esta cena leva-nos a pensar o que o debate de Gênero e Sexualidade deve ser visto cada vez mais de forma muito mais ampla, pois segundo Nascimento (2021), não podemos esquecer os trabalhos primorosos de mulheres como, Audre Lorde, Patricia Hill Collins, Angela Davis, dentre outras, que, em suas análises, ajudaram para o avanço teórico e político do feminismo, rompendo com posturas enrijecidas de olhar apenas a experiência da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra e sem deficiências. Como a cena escancara

e provoca, os diversos olhares feministas passaram a valorizar as questões de gênero, raça, classe, sexualidade, orientação sexual, nacionalidade, pois esses marcadores têm impacto nas opressões vividas por meninas e mulheres. Dessa maneira, a interseccionalidade é fundamental para a compreensão das experiências femininas de modo ainda mais plural, em que as formas de opressões se cruzam.

Um analisador que me fez interpretar a presença de motivações sobre gênero e sexualidade nessa escola foi uma cena que percebi na fila da merenda em que os discentes podem ficar na fila do gênero em que se identifica, nesse sentido, uma aluna fica dizendo que um rapaz (possivelmente trans) estava na fila errada e que tinha a fila dos homens e ali era a fila das mulheres. Uma das professoras interveio falando que era uma fila para “todes”, logo um discente diz: “ a tia tá igual ao lula falando todas, todos e todes”. Tal cena me fez pensar o quanto essa escola é reflexo da sociedade, com suas contradições, seu repensar de estruturas cisnormativas, pois quando ocorre um momento como esse, revela que essa escola está indo para algum caminho e que a possibilidade de ser para além dos padrões já bem estabelecidos socialmente, podem de alguma forma está fissurando a estrutura social. Tanto a linguagem, o respeito a forma como a pessoa experiencia seu gênero ela precisa está no cotidiano escolar, haja vista, por vezes, da rigidez dos processos próprios de uma instituição historicamente consolidada.

Outros analisadores que surgiram e serão comentados nas próximas seções foram: “opção sexual”, “A gente tá aprendendo”, “é muito fácil a gente violentar”, “nome social”.

5.4 Percurso Formativo em Gênero e Sexualidade

As formações foram realizadas no período de março a abril de 2023, com 23 professores do ensino médio público estadual que participaram dos encontros de formação. Nos encontros foram discutidos sobre as concepções de gênero e sexualidade, por meio de recursos e instrumentos utilizados por mim o formador-facilitador. Pois, sabemos que as representações de gênero e sexualidade estão arraigadas no contexto social, seja equivocadamente ou não, sem a discussão desta temática, principalmente junto aos/as professoras/as, tais representações se reproduzem e disseminam nas escolas. É preciso que a “naturalidade” com que são falados estes temas sejam objeto de reflexão e desconstrução pelos indivíduos (Rabelo; Ferreira, 2013).

Após a divulgação das rodas de conversa e proposta de formação no planejamento mensal, a coordenadora fez o convite nos grupos de *Whatsapp* para que os professores pudessem se sentir à vontade para comparecer aos encontros. Para melhor explanação dos

encontros, mostraremos o percurso formativo em blocos de encontros divididos entre os dispositivos disparadores.

1) Gênero e Sexualidade: questões introdutórias.

Figura 6: 1) Roda de Conversa com professores de Linguagens e Códigos.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

Figura 7: 1) Roda de Conversa com professores de Ciências da Natureza e Matemática.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

Figura 8: 1) Roda de Conversa com professores de Ciências Humanas.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

No primeiro encontro, antes de iniciar, deixei a sala organizada e cenário e coloquei um aviso na porta escrito: “Seja bem vindo” com a imagem de um boneco. A sala foi organizada em círculo para que assim, ficasse um clima de horizontalidade entre os participantes. E coloquei uma música ambiente para deixar o clima agradável. Para iniciar a conversa, entreguei uma folha de papel A4 em branco e sugeri que eles colocassem algo que os representasse, a dinâmica era livre, poderia ser uma palavra, desenho, poesia dentre outras possibilidades. Em seguida, pedi que se apresentassem a partir daquilo que colocaram no papel.

Este momento foi muito importante para a construção do vínculo entre mim e eles, pois a discussão sobre gênero e sexualidade, exige uma abertura e intimidade para que as pessoas possam expor suas concepções e vivências. Posteriormente, fui introduzindo e falando sobre os conceitos básicos, trabalhando, com o que os docentes já conheciam sobre a temática. O momento foi perpassado pelo debate sobre o universo LGBTQIAP+. No qual os participantes puderam expor suas compreensões.

Ao longo das visitas iniciais percebi que os docentes não sabiam ou tinham ideias equivocadas sobre o significado da sigla, dessa forma, construí uma atividade (ver Apêndice) que convidava os docentes a ir preenchendo com o que correspondia a cada sigla. Entreguei uma folha com a sigla LGBTQIAP+ de forma vertical e com um traço na frente da letra. Ao passo que fomos dialogando, íamos preenchendo os espaços e falando sobre as afetividades e expressões de gênero de cada letra. A atividade foi essencial para a ampliação sobre as diversas expressões e identidades de gênero e sexuais existentes, como vista na fala de uma

professora “eu sabia até o LGBT daí pra frente não estava sabendo”. No final dos encontros era disponibilizado um café com bolo, pão de queijo e chocolate.

- 2) Sim, nos caminhos tem muitas pedras: Brasil, o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.

Figura 9: 2) Roda de Conversa com professores de Linguagens e Códigos.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

Figura 10: 2) Roda de Conversa com professores/as de Ciências da Natureza e Matemática.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

Figura 11: 2) Roda de Conversa com professores de Ciências Humanas.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

Na segunda rodada das rodas de conversa, montei um cenário com as seguintes palavras e frases: disparadoras: sim, nossos caminhos também tem pedras, Brasil: o país que mais mata LGBT'S no mundo, violência física, psicológica, verbal, como escutar, o professor como agente de mudança, violência nas escolas. Após o momento de discussão, convidei dois professores/as para realizarem uma encenação, que tinha como objetivo, expor uma cena discursiva sobre violência contra pessoas trans. Foi entregue para cada um deles uma plaquinha que sinalizava as personagens que a ser representada, uma delas era a plaquinha com “mulher trans negra e periférica” e a outra plaquinha se referia a “pessoa transfóbica, homofóbica e racista”.

Os participantes foram convidados a sentar-se de frente um do outro e em seguida foi entregue frases transfóbicas, homofóbicas e racistas para que a pessoa da plaquinha indicada realizasse a leitura olhando para a cara do outro participante. Essa atividade convidava os participantes a estar de forma ativa e colaborativa na experiência de formação e também, mesmo que de forma indireta, sentisse minimamente o lugar do opressor e da pessoa que sofre e escuta as violências. A cena foi construída para colocar os participantes na experiência que muitas pessoas LGBTQIAP+ vivenciam diariamente e com isso trazer um processo de reflexão e mudança.

As frases elaboradas por mim foram: “Ei Trava! Feia, Suja! Você Não É Mulher! Viadovei. Você É Doente, Aberração. Você Vai Para O Inferno! Você Não É Mulher, É Um Homem De Saia. Nojenta! Vai Se Curar, Para Você Só Cura Gay. Você Não É Dandara, Seu Nome É Danilo. Olha Sua Certidão De Nascimento! Saí De Perto De Mim! Queima Rosca. Viadinha Sem Vergonha. Olha Esse Cabelo De Bombрил. “Essa Perte Usa Calcinha E Tudo”.

Eu Prefiro Ter Um Filho Bandido Do Que Ele Ser Bicha. Você Não Pode Ficar Na Escola. Vai Influenciar As Outras Pessoas A Ser Como Você. Entenda: Meninos Usam Azul E Meninos Usam Rosa. Você Não É Mulher, Porque Você Não Tem Vagina. Você Não Pode Jogar No Time Feminino, Você Não É Mulher. Vou Te Bater Até Virar Homem. Você Tem Aids Vai Passar Pra Mim, Saí De Perto Agora! Traveco Desse! Macho Fêmea. “Transexuais São Homens Vestidos De Mulher” Tudo Bem Vc Ser Assim, Mas Precisa Ficar Dando Pinta. Você Tá Parecendo Um Travesti. Nossa, Que Desperdício, Se Fosse Como Homem Eu Até Pegava”.

Após a explanação da cena e discussão, foi entregue a eles uma letra de música chamada a “A cruz” do cantor e compositor Renato Enoch (ver apêndice), que fala um pouco de vivências LGBT’s que mesmo em um mundo cruel, seguem resistindo e lutando. Encerrei o encontro com essa música para dar uma suavizada no momento, uma vez, que a cena e a discussão das diversas formas de violências deixaram os participantes reflexivos e mobilizados.

3) Direitos e conquistas: nossos caminhos com liberdade e amor.

Figura 12: 3) Roda de Conversa com professores de Linguagens e Códigos.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

Figura 13: 3) Roda de Conversa com professores/as de Ciências da Natureza e Matemática.



Fonte: Arquivo da Pesquisa.

Figura 14: 3) Roda de Conversa com professores de Ciências Humanas.



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

No último encontro, a proposta foi conversar um pouco sobre os direitos das pessoas LGBTQIAP+ e também sobre conquistas e avanços da comunidade. Foi dispersado sobre o chão várias leis, resoluções e decretos ligados à educação e à saúde dessa população. Organizado por bloco, de um lado os marcos legais e de outro algumas personalidades LGBT's da música e da arte que simbolizavam o lugar do amor e não da dor. Foi solicitado aos participantes que pegassem um marco legal e desse sua opinião sobre ele como forma de estimular o pensamento e posicionamento na discussão proposta.

Em seguida, foi explicado a nova concepção da bandeira LGBTQIAP+ que está com

uma representação mais ampla. Além das cores utilizadas pelo movimento LGBTQ+ desde 1978, traz também o símbolo do orgulho intersexo, símbolo do orgulho trans e cores em alusão ao movimento antirracista. Posteriormente, refletimos sobre como a formação poderia “transbordar” dali e ganhar ecos em outros espaços da escola. Os professores/as tiveram um espaço para feedbacks de como foi o processo de formação para eles, por sinal, positivamente. Logo após, foi entregue uma lembrancinha como agradecimento na acolhida e participação no processo, era um saquinho com uma caneta com a seguinte frase: “Professores, vocês podem contribuir para um mundo mais acolhedor da diversidade humana.” e uma caneta. O encontro foi finalizado com uma confraternização.

5.4.1 Discursos atribuídos aos Gêneros e Sexualidades na Escola

É importante mencionar que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam socialmente, mas que ela própria a produz (Louro, 1997). A escola sendo um organismo vivo possibilitou identificar várias expressões referentes aos gêneros e sexualidades. Na instituição pesquisada, essa temática é permeada. Seja na forma de tratamento que alguns alunos utilizam uns com os outros como “ei viadinho”, seja na expressão da linguagem corporal que está diretamente relacionada à forma como a pessoa se posiciona através de trejeitos, vestimentas e acessórios.

Nas primeiras rodas voltadas para questões iniciais sobre Gênero e Sexualidade, alguns discursos foram frequentes como:

“Um professor disse que na escola sente a aceitação por parte dos outros alunos, diz que antigamente era bem mais difícil.”

“Outra dá um exemplo que tem um aluno trans, e no início quando fazia a chamada, chamava pelo o nome feminino e o aluno não respondia. Porém, a professora sempre insistia em chamar. Ela relata que um dia chamou o aluno para conversar e perguntou como ele gostaria de ser chamado, ele respondeu com qual nome se identifica. A professora narra que ele falou envergonhado. A partir desse dia ele responde a chamada com um sinal - levanta a mão.”

“[...] os professores têm uma vivência no campo, o que muitas vezes não se tem é a oportunidade de dialogar sobre as possibilidades das expressões na escola. Uma professora fala sobre “opção sexual”, ali fiz uma intervenção pedagógica de dizer que o termo correto é orientação afetivo sexual. Ela (evangélica, desenhou a bíblia) porém, posteriormente, trouxe um exemplo, “conheço um homem que desde de criança demonstrava jeito feminino, casou e teve filho, acho que ele teve uma boa orientação familiar, acredito o que falta é essa orientação familiar em muitos casos” Essa fala remete a ideia de que a pessoa segue sendo LGBTQIAP+ por não ter tido uma “boa Orientação familiar”.

“Ela foi relatando as vivências dessas pessoas e dizendo não imaginar como é para a pessoa não ser aceitar, ou viver uma vida que não é dela.” “deve ser horrível casar com uma pessoa que você não ama, conheço muitos assim”.

Um professor: “No meu tempo de estudante, a gente não via se falar nisso”. A professora relata: “Até quando as pessoas vão sofrer?”.

Quando falamos de expressão de gênero, uma das professoras, falou do menino trans que tem na escola dizendo que ele coça os ovos igual aos “homens” Ela até fez a reprodução da cena “faz rindo”.

“Gosto mesmo de fazer sexo, é bom”. Falou que muitas vezes a escola aborda as questões de sexualidade só no aspecto biológico: “Doenças sexualmente transmissíveis”. Falou da reprodução. Gravidez na adolescência. Quando questionei sobre a orientação sexual, ela foi falando algo que a literatura tem a dizer sobre o tema.

É interessante perceber as significações dos discursos colocados pelos participantes. Um ponto a ser destacado são as vivências trans. Fica notório na fala de muitos professores a dificuldade de compreensão para lidar com adolescentes trans na escola. E isso, reverbera na identificação de um corpo trans, na hora de realizar a chamada e nas variadas expressões dentro da escola. A partir das discussões foi possível perceber que muitos professores queriam compreender essa subjetividade até mesmo para não reproduzir violências.

Alves e Moreira (2015) diz que o ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome sinalizam práticas discursivas que tanto podem dar visibilidade politicamente aos sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los. Por isso, a obrigatoriedade legalizada da inclusão do nome social de travestis e transexuais em documentos oficiais de identificação de instituições públicas no campo educacional possibilita o acolhimento de subjetividades que colocam em contraste o sistema normativo sexo/gênero.

As pessoas trans por vezes podem ser sinônimos de chacotas, por expressarem aspectos do gênero ao qual se identificam, como a cena dita e reproduzida pela a professora. A situação foi debatida pedagogicamente, no sentido de compreender que performamos o gênero e a diferença continuamente, e como contribui Nascimento (2021) um diálogo autêntico deve nos guiar ao respeito às diferenças.

Embora possa ser perceptível os avanços na educação sobre a noção da diversidade sexual nas escolas, o discurso de uma professora mostra que muitos docentes ainda entendem a orientação sexual como algo meramente biológico e de cunho prático informativo como nos interpõe Furlani (2009). No entanto, a diversidade sexual e de gênero, vai muito além de conversar sobre gravidez na adolescência, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), formas de prevenção e entrega de preservativos, mas amplia o debate para as diversas formas de expressões subjetivas e suas implicações na realidade do tecido social.

Uma das professoras utiliza o termo “opção sexual” , este é um analisador possível ligado à sexualidade, que faz levantar vários questionamentos sobre o quanto o espaço de

formação é viável para se compreender que determinados termos são, inclusive, preconceituosos. Pois, o movimento LGBTQIAP+ explicita que a “ideia de opção sexual” é inadequada, no que toca, o fato que ninguém “opta ou escolhe”, de forma consciente, sua orientação sexual. Assim, como o heterossexual não escolheu essa forma de desejo, a pessoa homossexual, tanto feminina como masculino, também não. Esse analisador mostra como a linguagem é poder e que ela pode ser utilizada para a reprodução de “verdades absolutas”, o espaço de discussão foi interessante, pois como a maioria dos professores dessa escola se formaram na década de 80, 90 em que não se tinham um debate sobre gênero e sexualidade de forma mais ampliada, esses momentos foram de construção de conhecimento.

De forma problemática e também motivada por questões pessoais e religiosas, uma professora diz que as pessoas são LGBTQIAP+ por conta que não receberam uma “boa orientação familiar”. Discurso perigoso, pois muitas vezes é associado a patologização da diferença, das pessoas que não seguem a heterossexualidade como padrão. Essa afirmação é problemática no sentido de pensar a instituição família nuclear como a única forma possível. Além do mais, coloca a homossexualidade como patologia, algo já superado, cientificamente, mas não socialmente quando insinua que a “boa orientação familiar” pode curar a pessoa de ser homossexual. Na oportunidade, problematizamos essa ideia para construirmos outras compreensões possíveis.

Um dos professores pode pensar na temporalidade do ser tempo de estudante ao afirmar que “no meu tempo de estudante não tinha isso” se referindo ao seu percurso escolar, um professor que estudou na década de 70 e que os dilemas eram outros. A escola traz roupagens de acolhimento aos discentes LGBT’s em alguns aspectos, mas nem tanto, tem muita reprodução da violência verbal, quando se utiliza termos como “viado, sapatona” com a intencionalidade de constranger, algo presente nas vozes da escola.

Nas rodas de conversa voltadas para os caminhos da comunidade e seus atravessamentos marcados pelas as violências, alguns discursos foram:

[...] contou uma cena de violência que presenciou na escola que trabalha no seu outro turno, de violência física, em que o avô explorava a neta de 11 anos, apagava a ponta do cigarro nas costas dela, e que ela pedia para ir embora da casa.

[...] as professoras ficavam falando entre elas: “ei o caso daquele aluno de 2º B”. Outra professora recordou um caso que aconteceu em uma escola aqui de crateús. De uma aluna trans “T” que cometeu suicídio na própria casa, a professora diz ter ouvido o relato do irmão dela que também era seu aluno, a aluna sofria agressões físicas e verbais do pai. E a situação era rotineira. O irmão de 9 anos diz com revolta para a professora que quando crescer vai matar o pai. Os professores expressam suas indignações com as violências sofridas por pessoas LGBT’s.

[...] pediu licença e disse: “me desculpe, mas o governo passado incitou muito o ódio nas pessoas, ele acabava com as minorias, mulheres, gays”.

“é o discurso do Bolsonaro todinho”. “gente escutar isso é muito forte”. “falamos mesmo que pessoas trans são doentes, aberrações”. “queima rosca escuto demais aqui na escola” “a pessoa fica com o psicológico no chão”.

“meu pai dizia que preferia as filhas todas raparigas que sapatonas”.

[...] sobre a questão de gênero da mulher, uma professora trouxe a questão do banheiro no cenário para as mulheres, que até então não se tinha. Disse que um aluno a questionou sobre: “um homem vestido de mulher entrar no banheiro para assediar”.

No momento que colocamos o Brasil como: o país que mais mata em decorrência da LGBTQIAP+fobia, o professor, duvidou se realmente as pessoas morrem por isso, ou são porque “se envolve com coisa errada.”

“Eles trazem de casa, porque a mãe não aceita”. “Eu tento ser ponte e suporte, mas não sei muito o que fazer. O professor ao acolher um aluno gay, professor F: “eu digo cara, você é quem sabe se você se sentir bem, o negócio é a família.” “como pai não quero isso para meu filho, mas...”

“Amanhã terá um interclasse na escola e vamos convidar a aluna (trans) para ser líder de torcida, ela é a mais animada.”

“eu falo, escuto, mas não tenho o que fazer. Isso é algo íntimo da família. Porque a família não aceita.”

Aluna trans E: saiu da escola para a prostituição e drogas, quando saiu era “homem”, quando voltou, estava com peito e bunda e exigiu que fosse tratada no feminino, a escola com dificuldade de adaptação, tratava no gênero masculino. A aluna a questionava sobre isso. “A gente precisa de um tempo para aprender, para se adaptar, mas é difícil”. “A gente tá aprendendo” “é muito fácil a gente violentar”. A aluna não foi aceita na escola, por conta dos envolvimento (drogas, prostituição, passagem pela polícia).

Nesse encontro foi perceptível que os docentes de algum modo sabiam algumas das vulnerabilidades que as pessoas LGBT’s podem vir a sofrer. O momento foi perpassado por indignações, estranhamento e sensibilização. Falar sobre violência contra a comunidade LGBTQIAP+ não deve de forma alguma ser banal, mas sim motivo de revolta e inquietação. Algo que chama a atenção na fala de um dos professores é sobre a questão da “sexualidade” ser algo íntimo da família. Costa, Joca e Loiola (2009) traz à tona que muitos educadores negligenciam a abordagem da sexualidade na formação da juventude, pois acreditam que é atribuição da família e da religião e não da escola, assim, evitam conflitos, tidos como “problemas”, decorrentes de uma abordagem positiva da homossexualidade, dada a possibilidade de confrontos de valores morais e religiosos da formação familiar dos jovens.

É importante questionarmos esse discurso, pois muitas vezes ele traz uma roupagem para silenciar ou abafar essa discussão na escola. E quando falamos abertamente sobre gênero e sexualidade na escola contribuimos para a conscientização das diversas formas de violências: psicológica, física e moral contra essa comunidade.

A prevalência de problemas mentais na população juvenil LGBTQIAP+ revela que um dos fatores que explicam o adoecimento mental nesse sentido é a rejeição parental, o que pode intensificar o aumento de depressão e tentativas de suicídio. Isso já sinaliza a importância da escola ser um ambiente que tem o dever de estar preparada para lidar com a diversidade sexual e de gênero, uma vez que a própria casa de uma pessoa que se tem ou terá expressões e vivências não-heteronormativas tende a ser um ambiente hostil (Sonetti; Garcia, 2020).

Os professores tiveram a oportunidade de falar sobre algumas violências percebidas na escola e também em outras escolas que ministram aula no contra turno. Ao passo, que fomos conversando, elas e eles foram pontuando sobre algumas violências sofridas por alunos LGBTQIAP+ na família. Sendo este, um motivo de debate, pois ainda tem professor que acredita que a sexualidade é algo da esfera privada, ou seja, apenas da família. Um deles até ressaltou que não queria que o filho dele fosse gay. Um dos professores heterossexual, o que foi pontuado por homofóbico, por outro professor que se afirma gay, em um conflito escolar, me questionou sobre a veracidade das informações levantadas, sobre os dados das violências e o Brasil ser o país que mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo. “Esses dados são verdadeiros?”, “será que morre por causa disso mesmo?”, “muitos deles se envolve com coisa errada”. Senti que ele queria me intimidar, pela forma que ele colocou essas frases, problematizamos e trouxe o respaldo para as minhas informações, no sentido de estimular a reflexão e mudança.

Esse posicionamento, revela o quanto muitas vezes nós pessoas LGBTQIAP+ e pretas somos colocados em cheque. O quanto precisamos provar que até as violências sofridas foram motivadas por preconceito e não porque “a gente se meteu com coisa errada”. Ele faz a provocação e também nos coloca diante de dilemas estruturais como: porque pessoas LGBTQIAP+ se envolve com tráficos de drogas, delitos, prostituição? Que estrutura social é essa que não nos permite acessar outros lugares como a escola, por exemplo. Lutar para viver às vezes é lutar pelo direito à escola. Pois, a educação como acredita Paulo Freire (2019), transforma as pessoas.

Apesar de falar de violência contra nossa comunidade seja algo desafiador, um dos analisadores que dialoga com a abertura dos participantes em aprender sobre a temática foi: “A gente tá aprendendo”, “é muito fácil a gente violentar”. Acompanhar cada encontro possibilitou visualizar um pouco a modificação dos discursos dos docentes. Eles ao passo que colocavam suas dúvidas, sinalizavam um movimento de cuidado para aprender e não violentar seus discentes LGBTQIAP+. Essa preocupação é algo do processo de conscientização que pode surgir a partir da coletividade. Nessa perspectiva, podemos perceber a provocação feita nesse encontro, o professor como agente de mudança e um aliado na luta contra as opressões.

É satisfatório ver o movimento grupal dos professores em ter consciência que podem sim violentar seus discentes, acredito que um dos primeiros passos no combate às violências é compreender suas dimensões.

O exemplo da alunas trans E exemplifica o quanto muitas vezes essa escola que não está suspensa no ar, mas sim situada territorialmente, afetivamente e historicamente, e que, não consegue acolher uma aluna trans. E que vulnerabilidades são essas que fecham caminhos em vez de abri-los. Outro analisador que atravessou os movimentos sobre o gênero foi o “nome social”, alguns professores não sabiam sobre a importância de respeitar pronomes e os nomes social dos/as estudantes. No momento foi oportuno conversar sobre algumas leis que garantem o direito ao nome social. Muitos deles puderam tirar algumas dúvidas sobre como ser mais acolhedor com as pessoas trans.

Um dos discursos presentes, que era quase impossível, de não aparecer na fala dos professores, foi sobre o ex-presidente Bolsonaro, que está inelegível, pois não é segredo para ninguém que estuda gênero e sexualidade, o quanto o seu governo representou uma ameaça ao avanço da discussão dessas temáticas na escola. Na encenação proposta, os professores foram dizendo que aquele discurso era o do Bolsonaro, que ele havia incitado muito ódio contra mulheres e as pessoas LGBTQIAP+, isso demarca que sim, as políticas educacionais de gênero e sexualidade, é sim, algo que sofre progressos e conservadorismos. Pois, muitos dos avanços e conquistas da população LGBTQIAP+ não se dão na esfera legislativa e sim na judiciária, a própria criminalização da LGBTfobia. Nesse sentido, pudemos refletir sobre quem cria as leis, falamos sobre o impacto de uma bancada religiosa feita por homens brancos e heterossexuais e suas reverberações nas políticas de educação e saúde para a população LGBTQIAP+. E o quanto muitas vezes as motivações pessoais dos parlamentares impactam na construção das leis para esta comunidade. Ainda mais, falamos da necessidade de representatividade da comunidade ocupando os espaços políticos de poder.

Santos (2020) indica que as disputas relativas ao gênero e a sexualidade no país nas últimas décadas estiveram no centro da política brasileira em vários momentos, como nas eleições de 2010; na ofensa com motivações religiosas na Câmara dos Deputados contra o chamado “Kit gay” em 2011; na articulação para a exclusão das palavras “gênero” e “orientação sexual” do Plano Nacional de Educação em 2014; na misoginia presente no processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff, dentre outros. Nesses momentos, atores da política conservadora venceram as disputas e se fortaleceram no campo político. A ofensiva conservadora-religiosa teve protagonismo de políticos evangélicos e católicos, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro, que se aproveitou de alguns temas

polêmicos para impulsionar sua carreira política.

Uma das potencialidades dessa escola, é os horizontes para a inclusão de alunos/as dissidentes. Nas conversas informais e no movimento das rodas de conversa, pude sentir isso, a escola tem alguns eventos que de alguma forma contribui para a afirmação dessas pessoas, a escola celebra o carnaval e dá a possibilidade dos discentes ir vestidos e desfilarem com o gênero que se identificam, como ressalta uma das professoras que exerce também a função de coordenadora “A aluna trans D ela desfila muito bem, arrasa, é a mais aplaudida”. Aqui cabe o questionamento de o porque no carnaval as estudantes trans são vistas com destaque e prestígio em outros momentos, como por exemplo, na hora da chamada não. É importante tensionar que imaginário a escola tem dessas pessoas, para que mais uma vez não caia na redução violenta da ridicularização de seus corpos.

Na chamada, os professores tentam ainda se adequar ao uso do pronome social, muitos deles tentam respeitar, porém alguns apresentam resistências. Na fila para a merenda o/a aluno/a tem o direito de ir para a fila do gênero que se identifica. Na sexta-feira, a escola libera o uso de outras roupas sem ser a farda, nesse dia, é visível que muitos aproveitam para ir com uma roupa mais livre e de acordo com seu gênero. As sextas representam um dia de liberdade e de afirmação, muitos deles aproveitam para colocar adereços como boné, batom, ousam no estilo das roupas e cores. A escola tem a cultura de fazer raves ao longo do semestre, festa que também aspira a fruição de desejos e possibilidades de movimentar o corpo através da dança, além disso, contribui para a construção afetiva, relações de amizade e amorosas. As pessoas trans também podem ir para o banheiro no qual se identificam, por mais que tenha algumas resistências por parte de alguns alunos.

Alguns estudos nos ajudam a compreender, o lugar da escola na construção de subjetividades mais livres, para expressão de suas identidades de gênero, sexuais nas diversas performances possíveis como: Butler (2018) Foucault (2014); Louro, Felipe e Goellner (2013); Loiola (2006); Figueró (2009); Furlani (2009).

Na roda de conversa de encerramento, falamos sobre os direitos e conquistas da população LGBTQIAP+. Direitos ao uso nome social na educação básica, a política nacional de saúde integral LGBTQIAP+, a criminalização da LGBTfobia, a resolução da norma de atuação por psicólogos/as em relação a questão da orientação sexual, casamento civil, a retificação do nome social em cartório, o dia 17 de maio como o dia nacional de combate à homofobia, a adoção por pessoas LGBTQIAP+ dentre outros. Trouxe algumas fotos de personalidades LGBT's no âmbito da música e da política como: a cantora Anitta, Maju, Silva, Johnny Hooker, Pablló Vittar, Liniker, Cazuzá, Daniela Mercury, Ludmila e sua esposa

Bruna, Lulu Santos e seu esposo Bruno, Erika Hilton, Duda Salabert dentre outras.

O intuito era mostrar avanços e também progressos, pois acredito que nossa história não deve ser contada apenas na perspectiva da dor e sim de vitórias também. Quando falamos sobre as leis muitos deles conheciam apenas algumas e outras não e fomos construindo a partir dos discursos que eles traziam. No momento lembrei muito da metodologia freiriana de trabalhar a partir do saber que se tem.

Os professores na discussão do nome social afirmaram que “no diário online não tem espaço para o nome social e isso às vezes atrapalha muito”. Essa fala mostra a dificuldade de ainda mesmo com a Resolução CNE/CP nº 1 de 19 de janeiro de 2018 que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares, para garantir plenamente esse direito básico.

O debate trouxe à tona também a violência contra a mulher e o racismo. “Quando se é gay, preto e favelado é bem mais difícil as coisas”. O interessante é que os professores iam percebendo que as opressões não estavam fragmentadas e sim conectadas. O movimento feminista negro no contexto brasileiro vislumbram uma leitura interseccional das estruturas sociais, como racismo, machismo, sexismo, cisheteropatriarcado (se refere ao sistema cisgênero, heterossexual e patriarcal). Isso nos leva a compreender que as discussões de gênero e sexualidade também devem ser racializadas, haja vista, os perigos do racismo sobre o adoecimento mental de pessoas LGBTQIAP+ que além de lidar com tais questões, podem sim se intensificar com o marcador social da raça, além disso, é preciso considerar o racismo como algo estrutural que organiza a sociedade e que por diversas vezes contribui para a forma que vivenciamos nossas relações. Como afirma Bell Hooks (2019) criamos imagens coletivas negativas sobre as pessoas negras que contribuem para legitimar violências seja ela física, psicológica, moral, social, econômica ou política.

Akotirene (2019) afirma que a interseccionalidade permite às feministas criticidade política com o objetivo de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceito, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna. Ou seja, precisamos entender a violência de gênero e sexual na escola, sem desconsiderar também o racismo que por muitas vezes está no cerne das relações sociais nos espaços institucionais. Os debates precisam ser racializados, tendo em vista, a especificidade da propagação da violência nesses corpos dissidentes, como por exemplo, a dificuldade de meninas trans negras de entrar, transitar e permanecer no espaço escolar.

A coordenação escolar disse: “não sabia que dia 17 de maio é dia da luta contra a homofobia, a gente recebe um calendário da creche sobre as datas comemorativas e nunca veio

no calendário. Eles pedem para gente trabalhar essas datas”. Aqui podemos sentir o quanto a nível Estadual essas datas ainda trazem pouca ou nenhuma importância, pois a escola recebe um calendário com diversas datas para se trabalhar a importância e conscientização, mas sobre as questões de gênero e sexualidade o debate é tão espinhoso que a secretaria de educação estadual não coloca o 17 de maio como data a ser trabalhada na escola, isso revela, o quanto o debate ainda é incipiente na instituição escolar, a terceirização da temática e um silenciamento da discussão.

A escola tem a proposta das Eletivas, que são disciplinas transversais e específica que estão na grade curricular de algumas escolas estaduais, tem eletivas de muitos assuntos: cultura digital, empreendedorismos, sustentabilidade, relações étnicos raciais, e os professores ficam à vontade para ministrar a eletiva de seu interesse. Em uma conversa com um professor, ele ressalta: “eu quase pego a eletiva de gênero e diversidade sexual, porque ninguém quer pegar, mas acabei não pegando por não me sentir preparado”. O plausível que esse mesmo professor participou de forma ativa nos encontros da formação e no final sinalizou a possibilidade de encarar o desafio da dita eletiva.

Apesar da assiduidade dos professores na formação, escutei de uma professora o seguinte: “tem professores que não tá participando da formação porque não aceita de jeito nenhum essas pessoas”. Essa fala remete a grande dificuldade de alguns professores na aproximação do debate, uma vez que, muitos deles colocam sua religião e seus dogmas acima de critérios profissionais.

Um dos discursos que explicita essa questão foi a história de uma professora testemunha de Jeová que ligou para alguns pais para pedir que eles não liberassem os filhos para ir a festa de carnaval na escola com o pretexto de que existiria muita promiscuidade. Essa ideia faz lembrar que num campo ideológico, o espaço escolar por vezes viola explicitamente o princípio da constitucionalidade do Estado Laico, pois contribui para a produção e reprodução da hegemonia dos valores, crenças e costumes sexistas e homotransfóbicos, visto, geralmente como discursos consubstanciados em atos de impedimento e estigmatização dessa população (Costa; Joca; Loiola, 2009).

Costa, Joca e Loiola (2009) corroboram com essas afirmações quando problematiza que a escola apresenta dificuldades em estabelecer relações sociais positivas com pessoas LGBTQIAP+ , uma vez que se mostra como um espaço de produção e reprodução das diferenças hierarquizadas e desiguais, tendo como base a binaridade do gênero, reafirmando, assim, as relações sociais e sexuais hegemônicas, especialmente, na seara das questões de gênero e da orientação sexual.

No encerramento houveram feedbacks como: “muito obrigado pela formação, essencial, a gente não sabia nada disso”, “muitas informações importantes pra gente”, “tirei muitas dúvidas sobre a discussão de gênero e sexualidade, obrigado!”, “saí transformada, um pouco mais sensibilizada para a população LGBTQIAP+”, “foi show, muito bom mesmo”, “é importante a formação porque é muito fácil a gente ferir”, “o encontro é bom pra gente não sair falando besteira por aí, tirei minhas dúvidas”. Um aspecto positivo das formações em grupo é o compartilhamento de vivências e conhecimentos (Araújo; Fochezatto; Justina, 2023). Durante o processo, os professores perceberam que as situações em torno do gênero e sexualidade não estão limitadas a uma escola, mas, sim, em todas as instituições escolares.

O percurso formativo teve como desdobramento a mudança na educação docente na perspectiva das relações escolares, pois auxiliou na movimentação dos discursos no que diz respeito ao gênero e sexualidade, possibilitou uma análise crítica de si mesmo e do contexto sócio histórico e cultural em que a escola está inserida, inclusive pelas reflexões da consciência de si, das suas experiências institucionais; ter uma ampliação da consciência perante os modos e formas de vida nas diferentes representações sociais de ser homem e ser mulher, fazer uma reflexão transformadora nas concepções de gênero e sexualidade presentes nas expressões e performances dentro do ambiente escolar, problematizar o lugar do professor como agente de mudança sobre a temática na instituição e pensar o professor na garantia de direitos e um aliado na luta contra as opressões dentro e fora da escola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pode ser um espaço de diálogo sobre as questões LGBTQIAP+ e a formação proporcionou um lugar de movimentação discursiva que muitas vezes não são colocados em palavras. Por se tratar de uma construção de um percurso formativo em gênero e sexualidade com professores do ensino regular, foi possível visualizar reverberações no cotidiano escolar.

Uma das preocupações da pesquisa era que a formação não se acabasse ou centrasse apenas nos encontros, mas que ela pudesse transbordar aos momentos e chegasse em toda a escola. Nesse sentido, foi notório algumas implicações por parte dos educadores a partir do percurso formativo. Como por exemplo, “vou utilizar essa música “a cruz” nas minhas aulas, ela diz muito sobre”, “citei a Gloria Groove na aula os alunos gostaram demais”, “você pode enviar o material para gente poder usar nas aulas e colocar nos arquivos da escola?”. Ainda mais, juntamente com um professor de ciências humanas, que propôs a construção de uma playlist intitulada “Formação em Gênero e Sexualidade” com o intuito de adicionar músicas LGBTQIAP+ para que os professores da instituição se familiarizasse com as músicas da

nossa comunidade e também pudesse trabalhar em sala de aula.

A escola conta com um projeto desenvolvido por professores/as e alunos/as de um podcast “GM PODCAST” na qual utilizam para discutir temas e assuntos voltados para a juventude na escola, fui convidado para conversar com um professor que participou da formação e duas alunas com a prerrogativa de falar um pouco sobre a formação desenvolvida na escola, bem como as dimensões de gênero e da sexualidade para a juventude LGBTQIAP+, “Entrevista com o Dr. Henrique Cardoso”, o repensar a chamada para a inclusão do nome social, mesmo sem o espaço, e acolhimento dos/as adolescentes trans em sala de aula, a visibilidade na rede social instagram da escola com a publicação e divulgação dos momentos dos encontros de forma colorida e impactante, ao meu ver, isso, perturba o cenário de gênero e sexualidade seja assuntos apenas da família, a escola não teve receio de mostrar que estávamos falando desses assuntos, sei que não é uma realidade universal. Ao postar fotos na minha rede social, uma professora de outra instituição comenta “essa formação jamais seria possível na escola que trabalho, por conta do diretor”. A escola analisada reforçou a participação dos/as discentes não normativos em festas e datas comemorativas da escola, como: interclasse, carnaval, raves, sarau literário, nas aulas de educação física. Percebo essas datas, por vezes, como de abertura a afirmação da própria identidade.

Aqui podemos visualizar, o quanto a formação colaborou para que os docentes pudessem se familiarizar com a discussão e o universo dos gêneros e sexualidades. Por mais que houvesse algumas resistências, que já foram mencionadas, eles se mostraram abertos a entender e compreender as expressões de gênero e sexuais da juventude que se expressa nessa escola pesquisada. De forma muito visível a escola tem muitos alunos e alunas LGBTQIAP+, a formação possibilitou a construção de outros discursos e perspectivas mais acolhedoras dos jovens na cultura escolar.

A partir da implantação da pesquisa, os professores sentiram-se mais instrumentalizados teoricamente para manejar, trabalhar e sentir-se seguros com as expressões de gêneros e sexualidades na cultura. Acredito que houveram transformações na cultura escolar sobre o fortalecimento da temática, acolhimento de forma mais satisfatória de discentes LGBTQIAP+, professores mais conscientes das demandas da população LGBTQIAP+, reconhecimento, necessidades, recursos e potencialidades. Professores mais encorajados para conduzir as discussões de gênero e sexualidade na escola, a fortificação dos saberes plurais, culturais, afetivos e sexuais.

A escola se tornou um diferencial e pioneira nessa problemática, haja vista, que muitas escolas regulares não costumam levantar diálogos sobre gêneros e sexualidades pelo receio,

desinformação e a falta de preparo para lidar com tais temas dentro do ambiente escolar.

A pesquisa-intervenção teve sua abrangência potencial a nível local, em termos dos professores da instituição, é possível inferir o impacto desse percurso de construção formativa no cotidiano da escola, na abordagem dos discentes, na diminuição do preconceito, discriminação e também quando estes professores falarem da sua experiência para outros profissionais da área da educação.

O produto técnico é a cartilha com a metodologia construída em todo processo de formação, acredito que ela possa ser instrumento de inspiração e multiplicação para que outros profissionais da educação possam estar replicando em contextos educacionais. Ouso dizer que a cartilha contempla não só profissionais da educação e sim da saúde e assistência social, pois é decisivamente urgente, compreender as diversas expressões de gênero e diversidade sexual nos âmbitos da escola, da saúde, e assistência, haja vista, que essas pessoas permeiam esses lugares afetivos, políticos de acesso a direitos básicos.

A cartilha visa inspirar outros profissionais multiplicadores a seguirem as pistas para a construção da formação, é pertinente frisar a metodologia é um guia e está aberta as adaptações e novas ideias que podem ser desenvolvidas a partir das minhas criações. No mais, a cartilha contribui para as políticas públicas educacionais em gênero e sexualidade.

BIBLIOGRAFIA

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALVES, Cláudio Eduardo Resende; MOREIRA, Maria Ignez Costa. Do uso do nome social ao uso do banheiro:(trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.
- ARDOINO, J. & LOURAU, R. **As Pedagogias Institucionais**. São Carlos: RiMa, 2003.
- ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v. 4, n. 1, 1984.
- ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de; FOCHEZATTO, Camila Beatriz Kummer; DELLA JUSTINA, Lourdes Aparecida. "**Meu aluno me questionou sobre gênero e sexualidade, e agora, o que devo fazer?**": narrativas de professores da educação básica. 2023.
- BRASIL. Lei no 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Congresso Nacional.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução N° 4, de 13 de julho de 2010. Brasília:MEC,2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf Acesso em: 12 set. 2022.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Temas Transversais. Orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n.º11.340, de 7 de agosto de 2006. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 07 ago.2006. Disponível em: https://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Direito/lei_maria_penha.pdf Acesso em: 12 set. 2022.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerras**: Quando a vida é passível de luto?. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodriguês. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.151-172.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018.
- COSTA, Eduardo Antonio de Pontes; COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Nor creators, nor creatures: we were becoming in the productions of different knowledges. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, p. 125-133, 2008.
- COSTA, Adriano Henrique Caetano; JOCA, Alexandre Martins; LOIOLA, Luís Palhano. **Desatando nós: fundamentos para a práxis educativa sobre gênero e diversidade sexual**. Edições UFC, 2009.

COIMBRA, C.M. B. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, vol 7, nº 1, 1995, pp. 52-80.

DA ROSA ZUCOLOTTO, Marcele Pereira; MENDES, Luiza Bäumer. O papel da psicologia escolar na perspectiva da análise institucional. **Diálogo**, n. 43, p. 87-98, 2020.

DE SOUZA, Homero Henrique; FIALHO, Lia Machado Fiuza. A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 2, n. 3, p. 19-32, 2020.

DE FREITAS, Liliann Rose Pereira. FOUCAULT, BUTLER E LOURO VÃO À ESCOLA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E DIVERSIDADE NO COTIDIANO ESCOLAR. **ESTUDOS DE GÊNERO: SEXUALIDADE, CORPO E REPRESENTAÇÕES DO FEMININO**, p. 25, 2022.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo. A socialização e a formação escolar. **Lua Nova**, n. 40/41, p. 241-266, jul./dez. 1997.

VASCONCELOS, J. G.; FIALHO, L. M. F.; LOPES, T. M. R. **Educação e liberdade em Rousseau**. Educação & Formação, 3 (8), 210-223. 2018.

EIZIRIK, M. Escola, saber e poder. In: EIZIRIK, M. **Educação e escola: a aventura institucional**. Porto Alegre: AGE Editora, 2001.

FERRARI, Anderson; OLIVEIRA, Danilo; CASTRO, Roney. Relações de Gênero e Sexualidades: Perspectivas Interdisciplinares. In: FERRARI, Anderson (org). **CORPOS, DISCURSOS E IMAGENS** nas relações de gênero e sexualidade. Curitiba: Appris, 2020. p. 15-35.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; DE BARROS NOGUEIRA, Flávia Maria. Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. @ **arquivo Brasileiro de Educação**, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2015.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum**. Londrina: UEL, p. 141-172, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade** : a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001. v.1.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: A vontade de saber. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Editora Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

- FREITAS, Mateus; PEREIRA, Eliane Regina. O diário de campo e suas possibilidades. **Quaderns de Psicologia**, v. 20, n. 3, p. 235-244, 2018.
- FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Autêntica, 2017.
- FURLANI, Jimena. Encarar o desafio da educação sexual na escola. **Paraná. Secretaria de Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. Sexualidade**. Curitiba, p. 37-49, 2009.
- GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosalia; EISENBERG, Zena. Produção e análise de videogravações em pesquisas qualitativas. **Educação e Pesquisa**, v. 37, p. 249-261, 2011.
- GARCIA, M. L. **Análise institucional: considerações sobre a clínica ampliada**. 1996. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- GONZAGA, Taynan Matheus Sousa; GALLAS, Ana Kelma Cunha. O retrocesso no combate da lgbtfobia no Brasil: o preconceito vivenciado pela população LGBT no ambiente escolar. **Filosofia e Educação**, v. 11, n. 2, p. 281-289, 2019.
- GUIRADO, Marlene. Vértices da pesquisa em psicologia clínica. **Psicologia USP**, v. 8, p. 143-155, 1997.
- HUMANOS, Declaração Universal Dos Direitos. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. **Acesso em: 12 set. 2022.**, v. 15, 2018.
- HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. O reconhecimento da diversidade sexual e a problematização da homofobia no contexto escolar. **Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas**. Rio Grande: Editora da FURG, p. 59-69, 2007.
- JUNQUEIRA, R. D. “Temos um problema em minha escola: um garoto afeminado demais.” Vigilância de gênero, heteronormatividade e heterossexismo no cotidiano escolar: notas sobre a pedagogia do armário. In: MAIO, E. R.; CORREA, C. M. A. (Orgs.). **Gênero direitos e diversidade sexual: trajetórias escolares**. Maringá: UEM, 2013. p.191-207.
- LOIOLA, L. Palhano. **Diversidade sexual: perspectivas educacionais**. Edições UFC, 2006.
- LOURAU, R. **A análise institucional**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- LOURAU, René. O instituinte contra o instituído. **René Lourau: analista institucional em tempo integral**, p. 47-65, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Editora Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2021.

MARTINS, Aline Madalena. **A formação continuada de professores/as sobre gênero e sexualidade: contribuições para uma nova prática pedagógica**. Dissertação de mestrado. Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, 2018.

MINAYO, Cecília. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Autêntica, 2017.

NASCIMENTO, Letícia C.P. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

RABELO, Amanda O.; PEREIRA, Graziela Raupp; DE SOUZA REIS, Maria Amélia Gomes (Ed.). **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. DP et Alii, 2013.

REA, Caterina Alessandra; AMANCIO, Izzie Madalena Santos. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **cadernos pagu**, 2018.

RIOS, Pedro Paulo Souza; DE MELO CARDOSO, Helma; DIAS, Alfrancio Ferreira. Concepções de gênero e sexualidade d@s docentes do curso de licenciatura em pedagogia: por um currículo Queer. **Educ. Form.**, v. 3, n. 8, p. 98-117, 2018.

ROCHA, Marisa Lopes da; AGUIAR, Katia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 64-73, 2003.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da pesquisa-intervenção no Brasil. **Revista Epos**, v. 5, n. 1, p. 156-181, 2014.

SAMPAIO, Juliana et al. Limites e potencialidades das rodas de conversa no cuidado em saúde: uma experiência com jovens no sertão pernambucano. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 18, p. 1299-1311, 2014.

SANTOS, Rayani Mariano. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. **Agenda Política**, v. 8, n. 1, p. 50-77, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SONETTI, Sara Laham; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Ensinando a diversidade ou a transfobia? Um panorama da educação sobre diversidade sexual e de gênero nas escolas da região de Sorocaba-SP e sua intersecção com saúde mental. **Revista Práxis**, v. 1, p. 173-194, 2020.

SOUZA, Homero Henrique; FIALHO, Lia Machado Fiuza. A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola. **Inovação & Tecnologia Social**, v. 2, n. 3, p. 19-32, 2020.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicologia & sociedade**, v. 17, p. 18-25, 2005.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

VIARO, Renee Volpato; VALORE, Luciana Albanese. Método, análise e verdade em Psicologia: sobre uma análise institucional do discurso. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 31, p. 718-733, 2011.

APÊNDICE E ANEXOS

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

Prezado(a) colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) pelo pesquisador Psicólogo Francisco Henrique Cardoso da Silva a participar da pesquisa intitulada “DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO” que tem como objetivo Construir um percurso formativo sobre gênero e sexualidade com professores da escola da rede estadual de ensino. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

- 1. PARTICIPANTES DA PESQUISA:** Professores/as de uma escola da rede estadual de ensino com faixa etária entre 20 a 65. Participarão da pesquisa somente os voluntários que concordarem com o convite para colaborar e ratificarem essa concordância por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- 2. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** ao se engajar neste estudo, o participante deverá participar dos encontros propostos. As questões estão relacionadas a fomentar um espaço de trocas de saberes que giram em torno das temáticas de gênero e sexualidade na cultura. A cada encontro será trabalhada uma temática, que podem surgir como demanda para eles, como também: processos históricos de colonização dos papéis de gêneros, invisibilidade da sexualidade, as expressões, as identidades de gêneros, desejos, processos de identificação social, lutas pela existência, inclusão escolar de discentes LGBTQIAP+, formação de professores em gênero e sexualidade, desmistificação em torno do debate, desafios e possibilidades da temática no espaço escolar.

O participante também está convidado a comparecer a 5 (cinco) rodas de conversa em grupo no qual serão debatidos temas relacionados ao estudo. Tais encontros terão, em média, 02:00 horas e os debates que ocorrerem serão gravados em vídeo e áudio. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode ainda interromper sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Sempre que quiser, você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Para isso, poderá entrar em contato com o coordenador da pesquisa.

- 3. RISCOS E DESCONFORTOS:** a participação nesta pesquisa não traz complicações; talvez, apenas, algum constrangimento que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. Os procedimentos da pesquisa obedecem às normas estabelecidas pela Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e não oferecem riscos à integridade física, psíquica e moral dos participantes, assim como não oferecem riscos à sua dignidade.

4. **CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA:** Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento das respostas e seu nome não será usado em nenhum momento. Todos os dados serão analisados em conjunto, garantindo o caráter anônimo das informações. Os resultados poderão ser utilizados em eventos e publicações científicas.
5. **BENEFÍCIOS:** Os participantes do estudo não terão nenhum benefício direto. Os resultados obtidos pela investigação, contudo, podem auxiliar na elaboração de estratégias para melhorar o convívio entre os estudantes no ambiente escolar.
6. **PAGAMENTO:** Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação. Entretanto, se você desejar, poderá ter acesso a cópias dos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo.

CONSENTIMENTO COMO PARTICIPANTE: Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:

Mestrando Francisco Henrique Cardoso da Silva - E-mail: henriquecardoso220@gmail.com

Instituição: Universidade Federal do Ceará, ENDEREÇO: **Rua Coronel Estanislau Frota, 563 - Bloco I - Centro - Campus de Sobral - Mucambinho, - Telefone para contato: (88) 3613 1663**

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UVA: Av. Comandante Maurocélvio Rocha Pontes, 150 - Derby Club, Fone: (88) 3677-4255. Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira. O CEP/UVA é a instância da Universidade Estadual Vale do Acaraú responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Eu, _____, _____ anos,

RG: _____, declaro que é de livre e espontânea vontade que estou como participante de uma pesquisa. Declaro também que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Crateús-CE, ___/___/____

Assinatura do participante

_____ Data _____

Nome pesquisadora

Assinatura da pesquisadora

_____ Data _____

Nome do profissional que aplicou o TCLE

Assinatura do profissional que aplicou o TCLE

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Imagens)

PESQUISA: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.

Eu, _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, na cidade de _____, AUTORIZO o uso de minha imagem (ou do menor _____ sob minha responsabilidade) em fotos, para ser utilizada na Dissertação de Mestrado e todos os demais produtos deste trabalho, desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará – UFC sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral, com fins estritamente acadêmicos/institucionais, publicações em sites e revistas acadêmicas, e/ou em exposições públicas sem interesses comerciais e políticos. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) artigos publicados em periódicos ou revista; (III) livro; (IV) divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

CONSENTIMENTO COMO PARTICIPANTE: Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELA PESQUISA: Francisco Henrique Cardoso da Silva. Instituição: Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral, Curso de Psicologia e Políticas Públicas. Endereço: Rua Coronel Estanislau Frota, 563 – Centro – CEP 62010-560 – Sobral – CE – Campus Sobral – Mucambinho - Telefone para contato: (88) 3613 1663 ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UVA: Av. Comandante Maurocélvio Rocha Pontes, 150 - Derby Club, Fone: (88) 3677-4255. Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira. O CEP/UVA é a instância da Universidade Estadual Vale do Acaraú responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Eu, _____, _____ anos, RG: _____, declaro que é de livre e espontânea vontade que estou como participante de uma pesquisa. Declaro também que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Crateús-CE, ____/____/____

Assinaturadoparticipante

Assinatura da pesquisador

APÊNDICE C - DINÂMICA CONHECENDO A SIGLA

L _____

G _____

B _____

T _____

Q _____

I _____

A _____

P _____

+ _____

APÊNDICE D - PLAQUINHAS PARA A ENCENAÇÃO DE UMA CENA TRANSFÓBICA E RACISTA



Fonte: Arquivo da Pesquisa, 2023.

APÊNDICE E - DISCURSOS TRANSFÓBICOS, HOMOFÓBICOS E RACISTAS
FRASES TRANSFÓBICAS, HOMOFÓBICAS E RACISTAS

- 1) **EI TRAVA! FEIA, SUJA!**
- 2) **VOCÊ NÃO É MULHER!**
- 3) **VIADOVEL.**
- 4) **VOCÊ É DOENTE, ABERRAÇÃO.**
- 5) **VOCÊ VAI PARA O INFERNO!**
- 6) **VOCÊ NÃO É MULHER, É UM HOMEM DE SAIA. NOJENTA!**
- 7) **VAI SE CURAR, PARA VOCÊ SÓ CURA GAY.**
- 8) **VOCÊ NÃO É DANDARA, SEU NOME É DANILO. OLHA SUA CERTIDÃO DE NASCIMENTO!**
- 9) **SAÍ DE PERTO DE MIM!**
- 10) **QUEIMA ROSCA.**
- 11) **VIADINHA SEM VERGONHA.**
- 12) **OLHA ESSE CABELO DE BOMBRIL.**
- 13) **“ESSA PERTE USA CALCINHA E TUDO”.**
- 14) **EU PREFIRO TER UM FILHO BANDIDO DO QUE ELE SER BICHA.**
- 15) **VOCÊ NÃO PODE FICAR NA ESCOLA. VAI INFLUENCIAR AS OUTRAS PESSOAS A SER COMO VOCÊ.**
- 16) **ENTENDA: MENINOS USAM AZUL E MENINOS USAM ROSA.**
- 17) **VOCÊ NÃO É MULHER, PORQUE VOCÊ NÃO TEM VAGINA.**
- 18) **VOCÊ NÃO PODE JOGAR NO TIME FEMININO, VOCÊ NÃO É MULHER.**
- 19) **VOU TE BATER ATÉ VIRAR HOMEM.**
- 20) **VOCÊ TEM AIDS VAI PASSAR PRA MIM, SAÍ DE PERTO AGORA!**

- 21) **TRAVECO DESSE!**
- 22) **MACHO FÊMEA.**
- 23) **“TRANSEXUAIS SÃO HOMENS VESTIDOS DE MULHER”**
- 24) **TUDO BEM VC SER ASSIM, MAS PRECISA FICAR DANDO PINTA.**
- 25) **VOCÊ TÁ PARECENDO UM TRAVESTI.**
- 26) **NOSSA, QUE DESPERDÍCIO, SE FOSSE COMO HOMEM EU ATÉ PEGAVA.**

APÊNDICE F - MÚSICA “A CRUZ” DO COMPOSITOR INDEPENDENTE RENATO ENOCH

A Cruz

Música: Renato Enoch

Essa é a cruz	Não tem mais segredo
Que eles carregam	Nenhuma luta será em vão
Esse é o peso	
Que eles aguentam	Mesmo com mais medo
	Da vida do que da morte
Olhares cheios de asco	Em um mundo tão hostil
Palavras cheias de veneno	
	Se mostram por inteiro
Não é justo que um beijo	Se mostram por inteiro
Inicie uma guerra	Se mostram por inteiro
Que ser diferente	Se gostam por inteiro
Torne a vida severa	
	Se mostram por inteiro
Colocam na cruz	Se mostram por inteiro
Esses bravos soldados	Se mostram por inteiro
Que mesmo torturados	Se mostram por inteiro
Se mostram por inteiro	
	Se mostram por inteiro
Essa é a dor	Se mostram por inteiro
De tantos que amam	Se gostam por inteiro
Daqueles que já	Se gostam por inteiro
Nem fazem mais planos	
	Em tempos de ódio
Lutando pra serem aceitos	O amor virá em todas as cores
Lutando pra darem seus jeitos	Gigante
	Que é pra doer os olhos
Colocam na cruz	Embrulhar o estômago
Esses bravos soldados	E embaralhar a mente
Que de tanto sofrer	Pequena
Seguem acostumados	De quem só consegue enxergar em preto e branco
Insistem mas tanto falha	Não é justo que um beijo
E mesmo com quase nada	Inicie uma guerra
Se mostram por inteiro	Que ser diferente
	Torne a vida severa
Se mostram por inteiro	
Se mostram por inteiro	
Se mostram por inteiro	
	Mas com muita poesia
Mesmo tremendo	Seguimos em plena harmonia
De frio, de solidão	



**APÊNDICE G - A CARTILHA: POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UM PERCURSO
FORMATIVO EM GÊNERO E SEXUALIDADE**



POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UM PERCURSO FORMATIVO EM GÊNERO E SEXUALIDADE



2023



POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UM PERCURSO FORMATIVO EM GÊNERO E SEXUALIDADE

Francisco Henrique Cardoso da Silva, 2023

FICHA TÉCNICA

**Universidade Federal do Ceará (UFC) - Campus Sobral -
CE Programa de Pós-Graduação em Psicologia e
Políticas Públicas**

Autor: Francisco Henrique Cardoso da Silva

Orientadora: Dra. Nara Maria Forte Diogo Rocha.

Silva, Francisco Henrique Cardoso da.

POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UM PERCURSO FORMATIVO EM
GÊNERO E SEXUALIDADE/ Francisco Henrique Cardoso da;
Sobral, CE: Universidade Federal do Ceará - UFC, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia e Políticas Públicas, 2023.

18p.

1.Gênero e Sexualidade. 2.Formação de Professores.
3.Educação.



2023

PRIMEIRAS PALAVRAS

As discussões sobre os gêneros e as sexualidades são as mais expoentes na atualidade, tendo em vista, as reivindicações das mais variadas expressões que podemos perceber na sociedade, visto que, muitos grupos socialmente invisibilizados, resistem às opressões que historicamente seus corpos foram submetidos. O gênero é uma construção social relativamente recente, a partir disso se compreende a necessidade de questionar os papéis sociais e as expectativas de comportamentos entre o feminino e masculino. A sexualidade não é um dado da natureza, mas o nome de um dispositivo histórico, demarcado no período da metade do século XVIII. Este dispositivo diz de uma rede trançada por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e construção de conhecimentos. A ideia de construção da cartilha é ser um material didático pedagógico que auxilie professores, formadores, profissionais da saúde e educação a facilitar processos de ensino e aprendizagem em gênero e sexualidade. A cartilha visa contribuir para a disseminação de saberes no campo das políticas públicas educacionais em gênero e sexualidade, tendo em vista, a necessidade de trabalhar diretamente com formação de professores nesta temática, pois o que se pode muitas vezes visualizar é a fragilização e silenciamento dos discursos sobre gênero e sexualidade nas escolas, reverberando, no aumento do preconceito, discriminações, naturalização da violência contra pessoas LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e Pansexuais), a não identificação e omissão dos docentes. A cartilha visa inspirar outros profissionais multiplicadores a seguirem as pistas para a construção da formação, é pertinente frisar a metodologia é um guia e está aberta as adaptações e novas ideias que podem ser desenvolvidas a partir das minhas criações.



ALGUNS PASSOS...

PRIMEIRO ENCONTRO.....	05
SEGUNDO ENCONTRO.....	08
TERCEIRO ENCONTRO.....	11
RESULTADOS ESPERADOS.....	15
DICA DE LIVROS.....	17



PRIMEIRO ENCONTRO

TEMA:

**Gênero e Sexualidade:
questões introdutórias.**

OBJETIVO:

**Introduzir e
sensibilizar os/as
docentes nas
discussões de
Gênero e
Sexualidade.**



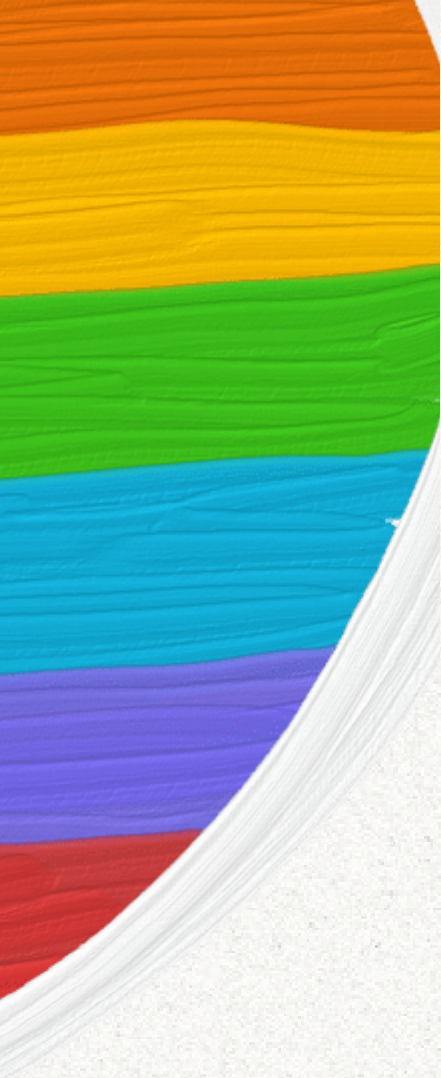
Materiais utilizados:

**Bandeira
LGBTQIAP+,
palavras
disparadoras,
fotos, livros,
poemas...**



1ª MOMENTO "DINÂMICA DE APRESENTAÇÃO":

**ENTREGAR UMA FOLHA A4 EM BRANCO, LÁPIS
COLORIDOS, CANETA E CONVIDAR PARA CRIAR
ALGO QUE OS REPRESENTEM.
FICA LIVRE AS EXPRESSÕES...**



2º MOMENTO "CONVERSANDO SOBRE A SIGLA"

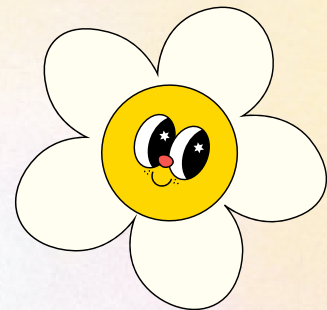
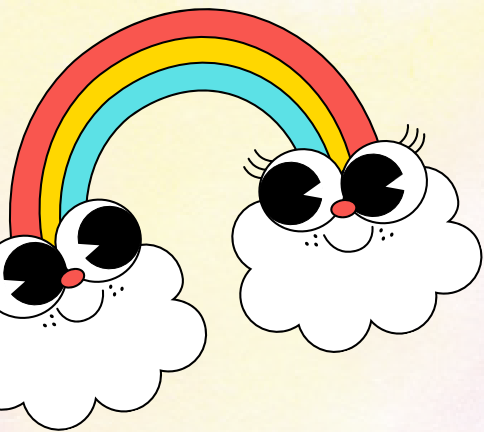
L
G
B
T
Q
I
A
P
+

**ESPAÇO
RESERVADO PARA
A DISCUSSÃO!**



**COMO SERÁ O
ENCERRAMENTO?**





TEMA:

**Sim, nos caminhos
tem muitas pedras:
Brasil, o país que mais
mata LGBTQIAP+ no
mundo.**

OBJETIVO:

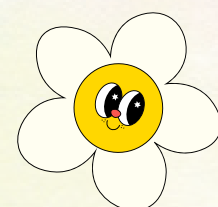
Discutir as diversas formas de violências: física, psicológica, moral, patrimonial que as pessoas LGBTQIAP+, por vezes, sofrem. Bem como, pensar o professor como agente de mudança, ou seja, um aliado, na luta contra a discriminação e preconceito na escola e sociedade.

SEGUNDO ENCONTRO

MOMENTO CRIATIVIDADE:

Com base na temática e inspirado/a no cenário do primeiro encontro, construa um cenário que dialogue com a temática e o objetivo do encontro.

Agora é com você!



Debater sobre:

Violência física

Violência psicológica

construção de espaços

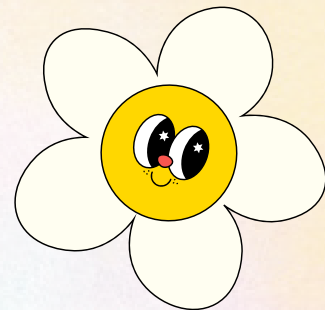
violência verbal

o professor (a) como agente de mudança

violência nas escolas

Brasil o país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.

como escutar?



MOMENTO A GLOBO TÁ PERDENDO...

**1-CONSTRUA UMA CENA TRANSFÓBICA,
HOMOFÓBICA E RACISTA E CONVIDE 2 OU MAIS
PARTICIPANTES PARA ENCENAR...**

**2- CRIE SITUAÇÕES E ENTREGUE OS PAPÉIS
AOS PARTICIPANTES...**

**3- VOCÊ PODE UTILIZAR PLAQUINHAS DE
IDENTIFICAÇÃO DAS PERSONAGENS...**

**DURANTE A ENCENAÇÃO PERCEBA
TODOS/AS ENVOLVIDOS NA RODA
DE CONVERSA.**

**AO FINAL DA ENCENAÇÃO
PERGUNTE COMO SE SENTIRAM!**

**OBS:
ESTIMULAR A
PARTICIPAÇÃO
ATIVA E
PROMOVER O
DEBATE!**

**VOCÊ PODE ENCERRAR O ENCONTRO
COM UMA MÚSICA, CERTO?**

TERCEIRO ENCONTRO

TEMA:

Direitos e conquistas, nossos caminhos com liberdade e amor.

OBJETIVO:

Conversar sobre os diversos direitos da população LGBTQIAP+, bem como, destacar personalidades da comunidade.

FAZER A RODA DE CONVERSA GIRAR COM NOSSOS DIREITOS.

PARA AFLORAR AS DISCUSSÕES...

1-CONSTRUA UM CENÁRIO NO CHÃO OU EM UM LUGAR ACESSÍVEL COM MARCOS LEGAIS COMO:

Direito ao uso do nome social na educação básica, a política nacional de saúde integral LGBTQIAP+, a criminalização da LGBTfobia, a resolução da norma de atuação por psicólogos/as em relação a questão da orientação sexual, casamento civil, a retificação do nome social em cartório, o dia 17 de maio como o dia nacional de combate à homofobia, a adoção por pessoas LGBTQIAP+, dentre outros.



2- CONVIDE OS PARTICIPANTES A PASSEAREM PELOS MARCOS E EM SEGUIDA SOLICITE QUE ESCOLHAM UM PARA COMENTAR...


VOCÊ PODE ESCOLHER QUE PERSONALIDADES LGBTQIAP+ DE DESTAQUE QUER SELECIONAR PARA COMPOR O MOMENTO...

PISTAS: ESTAMOS NA MÚSICA, NO CINEMA, NA CIÊNCIA, NA POLÍTICA!




QUE TAL ENCERRAR O ENCONTRO SABENDO A OPINIÃO DELES/AS SOBRE A EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO?





**PARA DEIXAR OS
ENCONTROS AINDA
MAIS JOINHA:**

**PROMOVA UM ESPAÇO ACOLHEDOR,
COLOQUE MÚSICAS PARA RECEBÊ-LOS,
LEVE UM CAFEZINHO COM BOLO PARA
DEIXAR O MOMENTO AINDA MAIS
GOSTOSO...**



**NÃO ESQUEÇA, VOCÊ
PODE RECRIAR AO SEU
ESTILO!**






RESULTADOS ESPERADOS

1-Mudança na educação docente na perspectiva das relações escolares;

2-Análise crítica de si mesmo diante das discussões de gênero e sexualidade;

3-Ampliação da consciência perante os modos e formas de vida nas diferentes representações sociais de ser homem e ser mulher;





RESULTADOS ESPERADOS

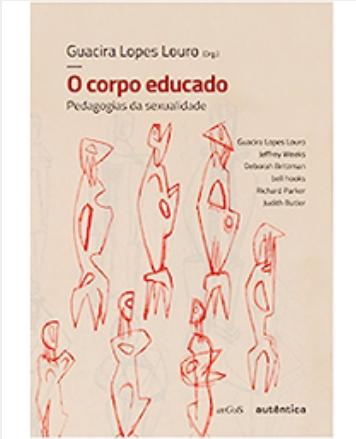
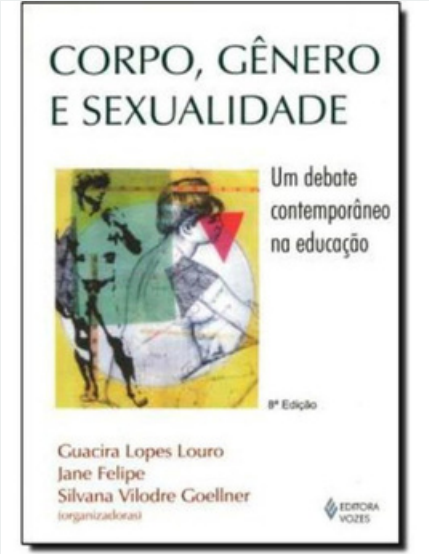
4-Possibilitar uma reflexão transformadora nas concepções de gênero e sexualidade presentes nas expressões e performances dentro do ambiente escolar;

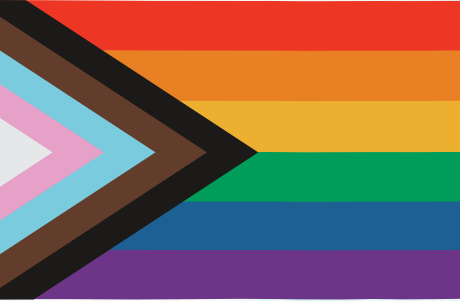
5-Pensar o professor como agente de mudança sobre a temática na instituição;

6-Segurança para manejar, trabalhar com as expressões de gêneros e sexualidades na cultura;

7-Professores/as mais conscientes das demandas da população LGBTQIAP+.

DICA DE LIVROS





**"Em tempos de ódio
O amor virá em todas as cores
Gigante**

**Que é pra doer os olhos
Embrulhar o estômago
E embaralhar a mente**

Pequena

**De quem só consegue enxergar em
preto e branco**

**Não é justo que um beijo
Inicie uma guerra
Que ser diferente**

Torne a vida severa

Mas com muita poesia

Seguimos em plena harmonia"

Renato Enoch



ANEXO I - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA – ESCOLA



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, **Daniela Sales Bezerra**, diretora da **ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL GOVERNADOR GONZAGA MOTA**, RG Nº 1471710-88, CPF Nº 366865733-53, AUTORIZO **Francisco Henrique Cardoso da Silva**, RG Nº 20077456062 SSP-CE, CPF Nº 061.065.563-93, mestrando do Programa de Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (*Campus Sobral*), Matrícula Institucional 518896, a realizar intervenções em grupo com professores e professoras da EEMTI GOVERNADOR GONZAGA MOTA para a realização do Projeto de Pesquisa **“Diálogos sobre Gênero e Sexualidade com Professores de uma Escola da Rede Estadual de Ensino”**, que tem por objetivo primário **construir um percurso formativo sobre gênero e sexualidade com professores da escola da rede estadual de ensino.**

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

1. Iniciar a coleta de dados somente após o Projeto de Pesquisa ser aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
2. Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos.
3. Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garante que não utilizará as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS 510/2016.
4. Obedecerem às disposições legais brasileiras, expressas na Constituição Federal, artigo 5º, incisos X e XIV; no Código Civil, artigos 20 e 21; no Código Penal, artigos 153 e 154; e no Código de Processo Civil, artigos 347, 363 e 406.

Sobral, 12 de setembro de 2022.



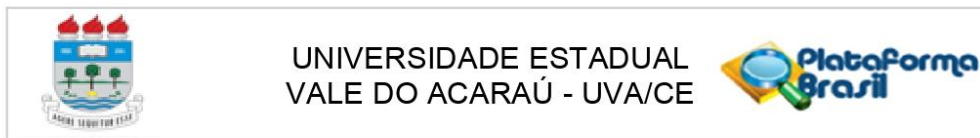
DANIELA SALES BEZERRA

**DIRETORA DA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL
GOVERNADOR GONZAGA MOTA**

Daniela Sales Bezerra
DIR. GEM
D.A.: 11/09/2018

EEMTI GONZAGA MOTA – Contato: (88) 3692-3502 – Email:
gmotacrateus@escola.ce.gov.br

ANEXO II - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Diálogos sobre Gênero e Sexualidade com Professores de uma Escola da Rede Estadual de Ensino

Pesquisador: FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63972122.2.0000.5053

Instituição Proponente: Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.913.441

Apresentação do Projeto:

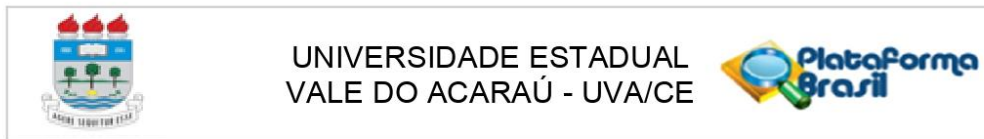
A pesquisa apresentada será voltada para os estudos qualitativos com a orientação da perspectiva da Socioanálise (GARCIA, 1996), ela se volta para um viés mais sociológico e político do trabalho institucional, percebendo a instituição como um sistema integrado de definições em relação à realidade social e sobre os comportamentos, atribuindo-lhes valores.

Dessa maneira, a realização deste estudo se vale da metodologia da pesquisa-intervenção (ROCHA; AGUIAR, 2003) que consiste em uma tendência das pesquisas participativas que busca investigar a vida de coletividades no âmbito da sua diversidade qualitativa, assumindo uma intervenção com viés socioanalítico.

O contexto em que será realizada a pesquisa é uma escola pública estadual de tempo integral, situada no município de Crateús no Ceará. Situada na periferia da cidade, que conta com 350 discentes e 37 professores. A escola funciona nos três turnos com turmas do 1º ao 3º ano do ensino médio, sendo que somente o 1º ano funciona integralmente.

Os encontros serão articulados a partir de rodas de conversas, pois esta metodologia de trabalho se vincula com coletivos, a roda de conversa é recente e vem sendo desenvolvida em diversos contextos, partindo dos estudos de Paulo Freire, seu referencial teórico-metodológico da Educação Popular, além da proposição dos Círculos de Cultura, que se filiam as noções de educação, liberdade e transformação dos indivíduos e do meio em que vivem (Sampaio et al., 2014).

Endereço: Av Comandante Maurocélvio Rocha Ponte, 150
Bairro: Derby **CEP:** 62.041-040
UF: CE **Município:** SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255 **Fax:** (88)3677-4242 **E-mail:** cep_uva@uvanet.br



Continuação do Parecer: 5.913.441

Nesta perspectiva, será utilizado como instrumento de coleta de dados o diário de campo, pois como afirma Freitas e Pereira (2018) é um instrumento metodológico utilizado na atuação do psicólogo para registrar o que é vivenciado durante a atuação. O trabalho do/a psicólogo/a, dessa forma, é com a instituição escolar, ele precisa estar atento a tudo que envolve a escola e faz parte da instituição: os/as professores/as, os/as alunos/as, a gestão, os funcionários, as famílias que compõem e fazem parte da escola, assim também com a comunidade que essa escola está localizada.

Será adotada como metodologia de análise de dados, a Análise Institucional (Lourau, 1995), pois traz à tona o intelectual implicado, definido como aquele que analisa as implicações de pertencimentos e referências institucionais, analisando, também, o lugar que está na divisão social do trabalho, da qual é legitimador. De acordo com Lourau (1997) são importantes cinco categorias para os diversos conteúdos a serem analisados no processo de pesquisa: As implicações, segundo ele chamadas de Primárias, referem-se às 1) implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/intervenção; 2) com o local, organização em que a pesquisada é realizada ou até mesmo a que pertença o pesquisador, especificamente, com a equipe de pesquisa/intervenção; 3) implicação na encomenda social e demandas sociais. No tópico das implicações secundárias o autor destaca; 4) implicações de natureza sociais, históricas, dos modelos utilizados (implicações epistemológicas); e por último 5) implicações na escritura ou outro meio que sirva à exposição da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Construir um percurso formativo sobre gênero e sexualidade com professores da escola da rede estadual de ensino.

Objetivo Secundário:

Fomentar espaços e discussões no ambiente escolar sobre as questões de gênero e sexualidade.

Identificar os discursos e significados atribuídos aos gêneros e sexualidades na cultura escolar.

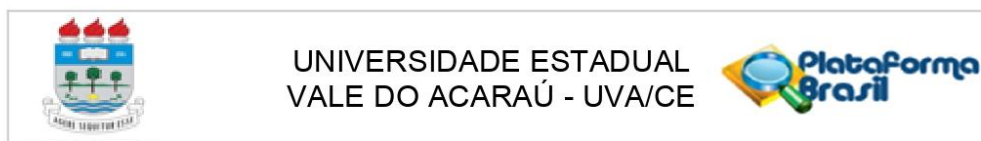
Compreender as expressões de gênero e sexualidade no contexto escolar de LGBTQIAP+.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os procedimentos da pesquisa obedecem às normas estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e não oferecem riscos à integridade física dos participantes, contudo

Endereço: Av Comandante Maurocélvio Rocha Ponte, 150
Bairro: Derby **CEP:** 62.041-040
UF: CE **Município:** SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255 **Fax:** (88)3677-4242 **E-mail:** cep_uva@uvanet.br



Continuação do Parecer: 5.913.441

há riscos de ordem psíquica ou moral, uma vez que pode gerar algum constrangimento enquanto os entrevistados estão fornecendo informações sobre si mesmos ou sobre vivências no cotidiano escolar, no entanto os procedimentos não oferecem riscos à sua dignidade. Desta forma, para enfrentar esse constrangimento, os pesquisadores facilitarão as rodas de conversas, bem como a coleta de dados em espaços que garantam a privacidade dos participantes. Além disso, os pesquisadores utilizarão técnicas de contato interpessoal que possibilitarão a criação de um clima de confiança, empatia e aceitação que permitirá aos sujeitos se expressarem tão livremente quanto possível. Também será informado que as respostas ou manifestações participativas não serão avaliadas como certas ou erradas e, por isso, os participantes poderão se sentir à vontade para expressar suas opiniões.

Benefícios:

O participante não terá nenhum benefício financeiro ou de qualquer outra ordem por contribuir com a pesquisa. No entanto, o único benefício indireto será na construção do conhecimento científico para as áreas da educação, gênero e sexualidade na cultura e campos de formações de professores/as. Nesse sentido, os resultados obtidos pela investigação, contudo, podem auxiliar na elaboração, implementação e avaliação de

Políticas Públicas Educacionais de Gênero e Sexualidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Vide conclusões

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O trabalho apresenta satisfatoriamente os seguintes termos:

Trabalho completo;

Informações básicas;

Folha de rosto;

Termo de anuência;

Termo de autorização da pesquisa;

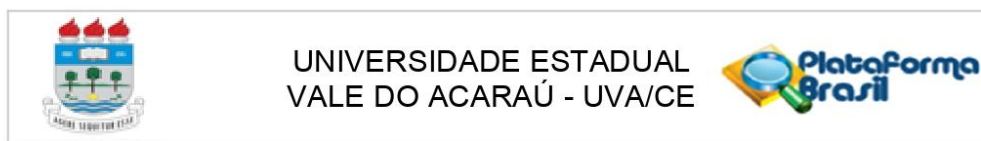
Termo de autorização de uso de imagem e voz;

Orçamento;

TCLE;

Declaração do pesquisador.

Endereço: Av Comandante Maurocélvio Rocha Ponte, 150
Bairro: Derby **CEP:** 62.041-040
UF: CE **Município:** SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255 **Fax:** (88)3677-4242 **E-mail:** cep_uva@uvanet.br



Continuação do Parecer: 5.913.441

Recomendações:

Recomenda-se entrega de relatório final a este comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

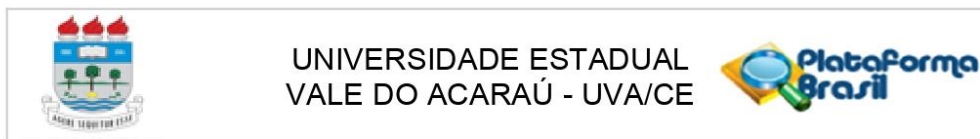
A proposta é de grande relevância e atende aos princípios éticos de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2027572.pdf	04/10/2022 15:23:16		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	04/10/2022 15:16:01	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	04/10/2022 15:13:32	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Outros	Oficio_de_encaminhamento.pdf	03/10/2022 14:03:50	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Outros	Carta_Anuencia_Fco_Henrique_assinado.pdf	03/10/2022 14:01:36	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Termo_de_autorizacao.pdf	03/10/2022 14:00:29	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	03/10/2022 13:54:06	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Outros	Termo_de_Autorizacao_Uso_de_Imagem_e_Voz.pdf	03/10/2022 13:52:47	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_CONSENTIMENTO_LIVRE_E_ESCLARECIDO.pdf	03/10/2022 13:49:01	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_dos_Pesquisadores.pdf	03/10/2022 13:47:48	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	03/10/2022 13:43:10	FRANCISCO HENRIQUE CARDOSO DA	Aceito

Endereço: Av Comandante Maurocélcio Rocha Ponte, 150
Bairro: Derby **CEP:** 62.041-040
UF: CE **Município:** SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255 **Fax:** (88)3677-4242 **E-mail:** cep_uva@uvanet.br



Continuação do Parecer: 5.913.441

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SOBRAL, 27 de Fevereiro de 2023

Assinado por:
Eroteide Leite de Pinho
(Coordenador(a))

Endereço: Av Comandante Maurocélido Rocha Ponte, 150
Bairro: Derby **CEP:** 62.041-040
UF: CE **Município:** SOBRAL
Telefone: (88)3677-4255 **Fax:** (88)3677-4242 **E-mail:** cep_uva@uvanet.br